



Ateliê de História

Palavras - chave:
Cidadania LGBT. História
Imediata. Estigma e
preconceito.

ÁGUA POTÁVEL EM PARANAGUÁ: POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA ENTRE DISCURSOS HIGIENISTAS E HÁBITOS INSALUBRES (1895-1915)

Alexandre Camargo de Sant'Ana¹
Sara Simas²

Resumo: Este estudo aborda a origem da discussão sobre a necessidade da implantação de um sistema de distribuição de água potável em Paranaguá e a transformação deste ideal em realidade. A cidade passava por um êxodo urbano devido a insalubridade, principalmente a insalubridade do rio Itiberê, com a população migrando intensamente para o Porto Dom Pedro II, considerado na época um vilarejo afastado e desconectado de Paranaguá. Busca-se compreender as relações de forças entre população, poder público e poder privado, antes e depois da instalação da água potável e encanada em 1914. Nas duas décadas entre o primeiro edital e a conclusão do projeto de instalação da água potável encanada, aconteceram diversas negociações entre os atores políticos, sociais e econômicos, ora favorecendo um, ora outro, algumas vezes aproximando, outras vezes afastando os atores. O jogo de relações de poder foi se modificando e se adaptando às dificuldades e necessidades que surgiram pelo caminho, evidenciando uma dinâmica particular do contexto parnanguara. A pesquisa mostrou-se maior do que o esperado, fazendo surgir algumas questões que permanecem abertas e possibilitam uma ampliação das investigações. Mesmo sem fechar o assunto, o estudo permitiu compreender um período de grande transformação urbana e de implementação de políticas públicas de acesso à água potável e ao esgoto tratado em Paranaguá entre 1895 e 1915, evidenciando tanto o discurso higienista do poder público quanto os hábitos insalubres da população.

FONTES E METODOLOGIA

A cidade de Paranaguá, apesar de possuir uma faculdade de História, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, FAFIPAR, permanece com um número reduzido de pesquisas acadêmicas e a prova disso é a dificuldade de se encontrar bibliografia sobre a cidade. Esta deficiência foi um dos motivos da opção pela cidade como meu objeto de estudo. Além disso, existe uma série de fontes para pesquisa que foram pouco utilizadas, como o jornal *O Diário do Commercio*, do início do século XX. O tema da implantação dos sistemas de distribuição de água potável encanada e coleta de esgotos foi escolhido porque ainda hoje é um tema que causa atritos entre população, poderes municipais e empresa fornecedora. Câmara e Prefeitura Municipal aprovaram em outubro de 2012, a Lei Complementar nº 145, que criou a ARESPAR, Agência Reguladora Municipal de Saneamento Básico de Paranaguá para praticamente substituir a antiga CAGEPAR, Companhia de Água e Esgotos de Paranaguá, como órgão fiscalizador e regulador dos sistemas de abastecimento de água e coleta de esgotos e implementar a Política Nacional de Saneamento Básico³. Com o início da nova gestão, a Prefeitura de Paranaguá enviou um anteprojeto de Lei nº 008/2013 para manter a autonomia da CAGEPAR, melhor opção na opinião do prefeito eleito para melhorar a qualidade dos serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos⁴. De acordo com a empresa responsável por estes serviços, 98% da população já possui água potável em suas residências, porém, apenas 60% contam com a coleta e tratamento de esgotos⁵. Entretanto, ela está investindo em melhorias e uma obra que iniciou em 2012 e já alcançou o valor de R\$ 140 milhões irá contemplar com a coleta de esgoto cerca de 49 mil parnanguaras⁶. Apesar das promessas da empresa, o contrato entre ela e a Prefeitura está sob suspeita e foi aprovada e formada uma Comissão Especial de Inquérito (CEI) com 5 vereadores para analisar o

1 Graduado em Licenciatura em História pela UEPG.

2 Orientadora. Graduação em História pela Universidade da Região de Joinville (2007) e mestrado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (2010).

3 Lei Complementar nº 145, de 17 de outubro de 2012. Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2012/14/145/lei-complementar-n-145-2012-dispoe-sobre-a-criacao-da-agencia-reguladora-municipal-de-saneamento-basico-de-paranagua-arespar-entidade-municipal-de-implementacao-da-politica-nacional-de-saneamento-basico-e-da-outras-providencias-2012-10-17.html>, acessado em 10 de setembro de 2013.

4 Prefeitura Envia à Câmara Proposta do Plano Municipal de Saneamento. Disponível em: <http://www.paranagua.pr.gov.br/noticias/noticia4180.html>, acessado em 10 de setembro de 2013.

5 Quem Somos. Disponível em: <http://www.cabaguasdeparanagua.com.br/site/quemsomos>, acessado em 10 de setembro de 2013.

6 CAB Águas de Paranaguá Investe R\$ 140 Milhões em Sistema de Esgotos. Disponível em: <http://www.cabaguasdeparanagua.com.br/site/noticia/3/11/cab-guas-de-paranagu-investe-r-140-milhes-em-sistemas-de-esgoto.html>, acessado em: 10 de setembro de 2013.

caso e apresentar um relatório à Câmara Municipal⁷. Cobranças indevidas também passaram a ser alvo desta CEI, quando uma fatura de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) chegou à casa de uma consumidora⁸. Em vista do atual sistema de relações de força entre os atores políticos, sociais e econômicos, surgiu a curiosidade sobre a origem destas relações. Assim, a implantação dos sistemas de água potável e da coleta de esgoto foi escolhida como tema da pesquisa. O recorte temporal, 1895-1915, foi estabelecido levando em conta o ano do primeiro edital, o ano de conclusão da primeira rede de esgotos, assim como a possibilidade de acessar vários jornais e publicações da imprensa local durante o período estudado e que continham informações relevantes.

A metodologia usada foi primeiramente levantar e pesquisar uma bibliografia sobre a origem da preocupação política com a necessidade da água potável chegando às residências via sistemas de encanamento e a introdução deste modelo no Brasil. Em um segundo momento, realizou-se estudo em centenas de publicações de jornais da época, coletando grande número de dados sobre as condições sanitárias no Brasil, no Estado do Paraná e na cidade de Paranaguá entre o final do século XIX e início do XX. O Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá, IHGP, forneceu um CD-ROM com dezenas de jornais digitalizados. Entre eles, foram usados nesta pesquisa: *Tribuna* de novembro de 1900, *A Epoca* de junho de 1909, *A Luta* de julho de 1904, *O Martelo* de setembro de 1915, *Correio da Marinha* de outubro de 1911, *O Espião* de março de 1907, *O Janota* de maio de 1908, *O Mez* de maio de 1917, *O Paranaguá* de fevereiro de 1899, *O Sapo* de setembro de 1900, *Quilote* de agosto de 1989 e *O Município* de março de 1898. O IHGP também disponibilizou as publicações diárias do *Diario do Commercio* de 1912, 1913 e 1914, que foram fotografadas pelo pesquisador. Tanto os jornais do CD, quanto os jornais fotografados, passaram por uma consulta extensiva e foram lidos um a um em uma pesquisa intensiva. Os jornais *A Notícia* de agosto de 1906, de fevereiro de 1907 e de junho e novembro de 1908, *A República* de novembro de 1890, abril de 1897, setembro de 1900, junho de 1904 até setembro de 1910, de janeiro de 1914, novembro de 1915 e setembro de 1916, o *Correio da Manhã* de agosto de 1915, o *Cor-*

reio Paulistano de fevereiro e março de 1910, o *Almanach do Paraná* dos anos de 1900 e 1902, a *Gazeta de Notícias* de dezembro de 1911 e fevereiro de 1916, o *Almanak do Governo do Estado do Paraná* de 1911 e o *Relatório do Presidente do Estado* de 1912, foram encontrados no site da Biblioteca Nacional, na Hemeroteca Digital Brasileira, em um sistema de busca por palavras-chaves, que apesar de possuir falhas, mostrou-se de muita utilidade e alta eficiência. A pesquisa nas fontes focou as relações sociais e os papéis dos atores políticos no contexto dentro do qual surgiu e desenvolveu-se a questão da água potável encanada no Brasil, no Paraná e em Paranaguá.

Quanto aos limites das fontes, é válido salientar que além de ser uma visão da imprensa, a maior parte dos artigos consultados são de um único jornal o *Diario do Commercio*. Isto aumentou a necessidade de um autopolicimento para não acompanhar certos juízos de valores, afinal, a população era mostrada como vilã na maioria das vezes, enquanto os poderes públicos e a empresa fornecedora eram quase sempre defendidos. Além disso, foi uma pesquisa extensa e cansativa, em jornais com a maioria das notícias publicadas em pequenas notas, muitas vezes com as letras quase apagadas, e é possível que uma ou outra notícia tenha passado despercebida. Outro problema foi a falta de dezenas de edições ao longo dos três anos pesquisados, porém, a grande quantidade de artigos citados equilibra a balança e compensa as possíveis falhas que possam ter ocorrido.

Introdução: Insalubridade e higienismo no Brasil e no Paraná

Influenciado pelo modernismo, o ideal brasileiro era deixar o colonialismo e seus atrasos no passado e evoluir em direção ao futuro. Em meados do século XIX, setores do país passaram a perseguir um projeto modernizador baseado nos europeus:

1850 [...] no Brasil [...] Foi o ano de várias medidas que tentavam mudar a fisionomia do país, encaminhando-o para o que então se considerava modernidade [...] Esboçavam-se assim, nas áreas mais dinâmicas do país, mudanças no sentido de uma modernização capitalista (FAUSTO, 2002, p. 197)

7 Cinco Vereadores Investigarão CAB Águas de Paranaguá. Disponível em: <http://www.blogdaluciane.com.br/tag/cei-da-cab-aguas-de-paranaguá/>, acessado em 10 de setembro de 2013.

8 Descalabro: CAB/Águas de Paranaguá cobra R\$10 mil de Água e Esgoto de Idosa. Disponível em: <http://www.adalbertoaraujo.com.br/?m=201310>, acessado em 10 de setembro de 2013.

No quesito higiene pública isso não seria uma realização fácil, afinal, no século XIX “as principais cidades brasileiras, Rio de Janeiro, Recife e Salvador, apresentavam condições sanitárias precárias” (JORGE, 2006, p. 27) e a população ainda se servia de água em bicas e chafarizes espalhados pelas cidades (BELLINGIERI, 2004, p. 162). O país tentava se adaptar aos padrões oriundos da Europa e os maiores responsáveis pelas transformações urbanas eram os engenheiros que intervinham na estrutura das grandes cidades brasileiras. Questões relacionadas ao saneamento passaram a ter maior importância neste contexto (XAVIER, 2010, p. 48) e o discurso higienista europeu ganhou força no país:

A manifestação do higienismo como um ramo da medicina se nota com muita visibilidade na sociedade europeia a partir de meados do século XIX, chegando logo depois ao Brasil (CARVALHO; ABREU JUNIOR, 2012)

Devido às várias moléstias que assolavam o país, a teoria higienista alcançou destaque de norte a sul do Brasil. Ligado à noção de higiene estava o conceito de saneamento urbano, sendo responsabilidades dos higienistas fazerem as pesquisas e combater as epidemias, enquanto os médicos sanitaristas implantariam os projetos, entretanto, esta divisão não aconteceu e as tarefas se misturaram. No ano de 1866, a revista *Gazeta Médica da Bahia* acusou os políticos de só agirem em momentos de epidemia. O tema continuou presente nas publicações e mais de 30 anos depois, o diretor da revista ainda alertava que “a hygiene é a primeira necessidade de um povo”. Na mesma época, no Rio de Janeiro, a revista *Brazil Medico* possuía um discurso bem parecido com os baianos e afirmava que era função dos higienistas e saneadores impedir a proliferação das epidemias (SCHWARCZ, 1993, p. 268-294).

Após os casos de febre amarela em 1849 no Rio de Janeiro, a preocupação com as condições sanitárias da capital aumentaram. No ano de 1850, foi criada a junta de Higiene Pública para “unificar os serviços sanitários do Império”, mas isso não funcionou e em 1885 o Rio de Janeiro permanecia com uma precária condição sanitária. Na reforma dos Serviços Sanitários do Império, instituiu-se o Conselho Superior de Saúde Pública que permaneceu na

função normativa, mostrando-se ineficiente em um Brasil escravista e sem uma real preocupação com as questões sanitárias (GALVÃO, p. 18). Mesmo mais tarde, quando o Estado passou a intervir sobre os serviços de água e saneamento nas cidades mais importantes do Brasil, apesar de seguir o modelo de Georges-Eugène Haussmann⁹, o governo fez isso terceirizando a execução das obras e manutenção dos serviços a empresas do setor privado (HELLER, QUEIROZ, REZENDE, 2009, p. 63).

O reflexo da deficiência da política sanitária brasileira aparecia na capital federal ainda no século XX. Em 1902, o Rio de Janeiro permanecia com uma péssima infraestrutura sanitária, muito lixo nas ruas, precário abastecimento de água e quase nenhum sistema de esgoto. Alimentos eram vendidos sem o menor cuidado com a higiene, enquanto doenças como a febre amarela, a peste e a varíola eram comuns entre a população. O problema não se limitava à capital e o Brasil inteiro era visto como um país perigoso por conta das enfermidades infecciosas. Neste ano, Rodrigues Alves assumiu a presidência do Brasil e entregou a prefeitura da capital ao engenheiro Francisco Pereira Passos. Ele estudou em Paris e presenciou as mudanças realizadas por Haussmann. Aplicando o mesmo modelo e com o apoio do presidente da República, ele procurou melhorar as condições higiênicas do Rio de Janeiro (SCLIAR, 2004, p. 83-88). A medicina carioca optou por um modelo que negava a liberdade do indivíduo em nome dos argumentos científicos e da situação emergencial, criando uma reação frente à intervenção dos “profissionais de medicina”. A questão da higiene foi associada aos pobres, fossem eles brancos, mestiços, negros ou imigrantes europeus (SCHWARCZ, 1993, p. 300-302). O país entrou no século XX com uma higiene pública bastante deficiente e muito longe dos ideais higienistas. No Paraná e em Paranaguá a situação não era diferente.

Assim como nos grandes centros, a questão da água potável ganhou importância no Paraná dentro de um discurso higiênico e sanitário mais amplo e que desejava modernizar a sociedade. Seguindo o exemplo de outros pesquisadores brasileiros, os sanitaristas paranaenses relacionaram imigração com falta de higiene e com doenças. Na década de

9 Sob o impulso do prefeito Georges-Eugène Haussmann, rodeado de um enxame de especuladores e de empresários que prefiguram o <<empreiteiro>> moderno, o velho centro é radicalmente transformado. Os objetivos desta operação são múltiplos: reabsorver o desemprego [...] sanear Paris, facilitar a circulação e tornar impossíveis os motins por meio de artérias largas [...] estas [...] transformações arejam a cidade, mas revelam as novas relações sociais [...] os trabalhadores [...] são afastados para a periferia [...] cidade de luxo, rodeada pela cidade da miséria : RIOUX, Jean- Pierre. *A Revolução Industrial*. Lisboa: Ed. Dom Quixote, 1973, p. 177-179.

1890, os imigrantes constituíam o principal foco de preocupação, pois seus hábitos “anti-higiênicos” seriam causadores de várias enfermidades. O discurso higienista atacou o miserável proletariado cosmopolita que se formava principalmente em Curitiba nos últimos anos do século XIX (PEREIRA, 1996, p. 159-160). Porém, rapidamente a crítica sanitaria também caiu sobre a população em geral. Em 1891, um jornal curitibano publicou artigos sobre higiene pública, apresentando-a como “uma dessas magnas questões que tem ocupado a todos os higienistas modernos” e também os governos de diversos países. Para desgosto do jornal, esta preocupação ainda não havia chegado ao Brasil e o governo não seria o único culpado, afinal, a população era “de índole naturalmente deleixada, não observando as prescrições mais elementares e mais necessarias da bôa hygiene”(Diario do Commercio, 28 de abril de 1891). Os habitantes seriam os maiores responsáveis pela sujeira em praticamente “todas as cidades da Republica”, porque não cuidavam das casas, lançavam “detritos de toda a natureza” nos quintais e nas ruas e faziam dos muros locais “para excreções urinarias”, pondo em risco a saúde geral, pois alguns elementos tóxicos da urina se evaporariam e quando inalados causariam sérias alterações no sangue. Além disso, a sujeira produzida pelos detritos produziria miasmas que, se não causavam, pelo menos favoreciam as epidemias mortais (Diario do Commercio, 29 de abril de 1891).

No último artigo da série o jornal chamou a atenção para a higiene na alimentação, denunciando a existência de muitos produtos falsificados e outros estragados a venda no comércio de Curitiba. O cuidado com a água foi lembrado e pedia-se que se verificassem as condições higiênicas dos depósitos, encanamentos e mananciais, pois “não são poucas as moléstias graves originadas [...] de águas de má qualidade”. Deveria haver maior fiscalização e punição àqueles que não seguissem as regras de higiene para que os problemas pudessem um dia ser resolvidos (Diario do Commercio, 30 de abril de 1891).

Seis anos após os artigos acima, foi efetivada a reforma do serviço sanitário do estado do Paraná, seguindo o mesmo modelo do Rio de Janeiro. A lei número 264, de 27 de dezembro de 1897, passou às municipalidades a responsabilidade pelo serviço de higiene dentro do município e um médico deveria fiscalizar não apenas o comércio, mas também o interior das habitações particulares e multar os proprietários se necessário (O Município, 12 de março de 1898).

A ideia de progresso no Paraná, ao final do século XIX e início do XX, possuiu várias facetas, entre elas a capacidade da medicina em usar a sua racionalidade para assumir a gestão da vida em sociedade. A ciência da higiene cunhou a atualidade, de várias maneiras; de fato, refletiu-se na mudança dos ares e lugares do Paraná por meio de controle de algumas endemias, da reconstrução e saneamento dos espaços urbanos e do aliciamento da população – de forma compulsória ou não para hábitos ditos higiênicos, pessoais ou coletivos (LARocca, MARQUES, 2010)

Como aconteceu na capital do Brasil, os discursos higienista e sanitaria no Paraná serviram de base de argumentação para a intervenção política na sociedade. Em Paranaguá o processo se repetiu, afinal, havia muitos problemas relacionados à falta de higiene e de salubridade e os habitantes permaneciam com hábitos inaceitáveis dentro do ideal europeu e brasileiro de saúde pública. A questão da água potável e encanada desenrolou-se por meio de relações de força entre a realidade local e a idealização de uma cidade limpa e moderna.

Paranaguá: Discurso higienista e hábitos insalubres

A questão da água em Paranaguá também surgiu dentro do ideal higienista que visava sanear a cidade. Mesmo aparecendo como limpa em algumas descrições, os problemas relacionados à higiene eram muitos e incomodavam às elites intelectuais e políticas da cidade. Reclamações, sugestões, descrições e leis permitem visualizar as condições sanitárias de Paranaguá no final do século XIX e início do século XX e a introdução dos ideais higienistas, bem como o impacto dos mesmos nos hábitos da população. Existia um saber científico que intermediava as discussões e as ações em busca de uma cidade mais salubre e saudável. Baseados nestes discursos, projetos eram implantados de cima para baixo visando melhores condições sanitárias. De todos eles, o sistema de água potável encanada foi o mais importante.

Paranaguá entrou no período republicano em processo de decadência devido ao êxodo urbano em direção do Porto Dom Pedro II e o maior vilão era o Rio Itiberê, antigo porto da cidade e que ainda funcionava na rua da praia, mas era considerado insalubre. Além de receber os despejos de esgoto da população, o rio também sofria com o constante assoreamento. Sua situação precária, segundo algumas fontes expostas a seguir, transformaria Paranaguá em uma cidade

deserta. No final de 1890, iniciou-se uma discussão sobre a necessidade de levar a alfândega para o Porto Dom Pedro II, também chamado de Porto d'Água. Os defensores afirmavam que o Itiberê era um lugar lamacento que só prejudicava a saúde da cidade e que por isso a alfândega deveria ser transferida. Segundo eles, há tempos o rio estava assoreando cada vez mais e tendia a se tornar um pântano causador de doenças. Era necessário fazer alguma coisa com o Itiberê para o bem da higiene de Paranaguá e assim evitar muitas mortes causadas pelas febres (A Republica, 26 de novembro de 1890). Um relatório do governo do estado afirmava em 1900 que o rio só não havia se tornado um "microbioso pantanal" porque aconteciam dragagens regulares. Porém, a cidade pouco a pouco deveria crescer em direção ao Porto d'Água, caso contrário "desaparecerá infestada por febres intermitentes" (Almanach do Paraná, de 1900).

Entre 1890 e 1900, o número de habitantes caiu de 11.794 para 10.152 (Almanach do Paraná, de 1902) ou 8000 (Quilote, agosto de 1989), dependendo da fonte. Naquele ano, uma grande epidemia de varíola assolou a cidade, expulsando muitos moradores (SCHEIFER, 2008, p. 63) e, em 1905, o periódico A Republica afirmava que as péssimas condições do Itiberê estavam aumentando o êxodo urbano em direção ao Porto d'Água, distante 2 quilômetros da cidade. Provavelmente, o Porto do Itiberê seria trocado pelo Porto Dom Pedro II, mas independente da mudança, era necessário sanear o rio pelo bem da saúde pública (A Republica, 11 de julho de 1905). No ano seguinte, o discurso praticamente se repetia e o jornal A Notícia concluía que eram justos os pedidos de Paranaguá pela dragagem do Itiberê, pois se isso não acontecesse os moradores seriam expulsos pela insalubridade:

pois além de tudo esse lodaçal fétido e crescente [...] é uma ameaça terrível de desenvolvimento de infecções paludosas do que fatalmente deve resultar o abandono da cidade por tornar-se inabitável (A Notícia, 08 de agosto de 1906).

De acordo com O Espião, em 1907 o Itiberê estava cada vez mais cheio de entulhos (O Espião, 03 de março de 1907). No mesmo ano o A Republica, em artigo elogiando a cidade e apontando as melhorias pelas quais ela passou, termina alertando para o perigo que o Itiberê representava para a população e que a pergunta feita por todos era:

o que será da saúde da laboriosa população do litoral quando o rio estiver totalmente obstruído e nas estações calmosas, com o lodo podre a descoberto

e batido horas e horas pelo sol, emanar de si os germens da moléstias cujos efeitos têm sido por mais de uma vez fataes para a cidade (A Republica, 02 de maio de 1907)

No ano de 1908 o rio "Itiberê" continuava entupido a ponto de ser possível passar "ao Valladar" a pé (O Janota, 10 de maio de 1908) e em 1912 o problema persistia. Um artigo do Diário do Commercio denunciou o aumento dos mangues e dos bancos de lama "que se formam em todos os pontos do Itiberê". O governo federal deveria ajudar Paranaguá e providenciar melhoramentos no rio não apenas em nome do "embellezamento, mas á defesa da saúde publica" (Diário do Commercio, 16 de março de 1912). Entre 1912 e 1914 a prefeitura efetivou obras no cais da rua da praia e talvez por conta disso, um artigo afirmou que em breve Paranaguá teria seu porto livre dos miasmas da febre amarela e do "empalludismo" e os moradores poderiam finalmente se orgulhar de viverem em uma cidade ideal (Diário do Commercio, 21 de dezembro de 1914). Mas, o Itiberê não era o único problema para o discurso higienista, havia certas práticas que precisavam ser combatidas e deficiências que necessitavam ser corrigidas.

Apesar de se encontrar em processo de esvaziamento por conta da insalubridade do Itiberê, alguns artigos de 1907 mostram os poderes municipais intervindo na cidade. Segundo o A República, Paranaguá era "uma bella cidade, com esplendida illumination electrica, perfeito serviço de hygiene e limpeza nas ruas e nos lares" (A Republica, 31 de janeiro de 1907). No mês seguinte o A Notícia, reafirmou que a cidade era muito limpa e as ruas bem cuidadas graças ao prefeito Theodorico (A Notícia, 27 de fevereiro de 1907). Em maio, o A Republica tornou a elogiar as melhorias pelas quais passava a cidade, ao falar da praça Fernando Amaro:

tempos atraz [...] ao sahir do trem via se [...] um areal que se estendia até [...] antigo hospital da Santa Casa [...] hoje encontra substituindo um bello logradouro, perfeitamente arborisado e com canteiros geométricos [...] floridos (A Republica, 02 de maio de 1907)

Com uma visão bem oposta, um jornal local denunciou no mesmo ano que depois da proibição de deixar os animais soltos, as ruas "achão-se com a gramma crescida a pontos de não poder-se transitar" e que até mesmo uma jararaca de 6 palmos de comprimento havia sido morta na rua J. Alfredo (O Espião, 03 de março de 1907). Críticas sobre a falta de limpeza alcançavam inclusive os prédios públicos

e em 1908 o alvo foi a estação ferroviária, descrita como desorganizada e suja, com um barril de água que necessitava “uma vista higienica” (A Noticia, 26 de novembro de 1908). Defendendo a transferência da alfândega para o porto Dom Pedro II, um artigo de 1910, definiu o antigo colégio dos jesuítas como anti-higiênico e impróprio para a alfândega da cidade (A Republica, 15 de setembro de 1910). Em 1912, o *Diario do Commercio* de Paranaguá denunciou a sujeira do Fórum: “o lixo predomina por toda a parte” (*Diario do Commercio*, 27 de novembro de 1912).

O comércio não escapou dos vigilantes da higiene, principalmente os relacionados com a alimentação, e em 1908, o jornal *O Espião* denunciou alguns açougueiros que para cada quilo de carne verde colocavam 200 gramas de carne azulada (*O Espião*, 03 de março de 1907). Naquele ano os açougues do mercado municipal passaram por reformas que os tornariam mais higiênicos, porém, de acordo com o *A Noticia*, seria necessária uma transformação geral para deixar o mercado dentro dos padrões exigidos para este tipo de estabelecimento (*A Noticia*, 26 de novembro de 1908). No final de 1914, as carroças que transportavam a carne verde do matadouro para os açougues estariam “precisando de uma reforma [...] Esses vehiculos não correspondem ao asseio e a hygiene” (*Diario do Commercio*, 28 de novembro de 1914). Também eram visto como inimigos da higiene os vendedores de comida ambulantes que “na maior das immundicieis percorrem as ruas da nossa cidade [...] envenenando e contaminando [...] a população” (*Diario do Commercio* 25 de abril de 1914).

A população muitas vezes era apresentada como vítima das péssimas condições, porém em diversos momentos aparece como uma das personagens responsáveis pela insalubridade de Paranaguá. No ano de 1899, alertando para a necessidade dos esgotos, o relatório do engenheiro municipal pedia pelo menos maior atenção às latrinas, que deveriam ser aperfeiçoadas para não colocar em risco a saúde das pessoas (*O Paranaguá*, 19 de fevereiro de 1899). Oito anos mais tarde o jornal local, *O Espião*, afirmou que o litoral e o interior da cidade necessitavam de algumas privadas em nome da “hygiene” (*O Espião*, 03 de março de 1907). Em junho de 1912 um artigo denunciava que alguns moradores da rua Pêcego Junior jogavam água suja nos transeuntes (*Diario do Commercio*, 14 de junho de 1912) e no mês seguinte a denúncia se repetiu, pois os moradores ainda “jogam águas servidas [...] em plena rua” (*Diario do Commercio*, 25 de julho de 1912). Pior

era o hábito de certos habitantes que embrulhavam suas matérias fecais e atiravam pela janela. O jornal chamava a atenção dos fiscais municipais para conter esta prática lastimável (*Diario do Commercio*, 18 de dezembro de 1913).

Jogar lixo nas ruas aparentemente era algo comum e em 1912 a prática continuava incomodando os defensores dos bons costumes e da higiene:

Condenável o uso de certas pessoas em sacudir á rua, cascas de fructas, papel e outros restos, fazendo dos passeios um verdadeiro montão de cisco [...] Ninguém pode julgar se com o direito de fazer das publicas, um deposito de lixo (*Diario do Commercio*, 13 de setembro de 1912)

Segundo o jornal este “vício prejudicial” de jogar lixo nas vias públicas atingia a todos, desde os adultos até as crianças, de ricos aos pobres, e era necessário uma fiscalização “constante e severa” (*Diario do Commercio*, 26 de novembro de 1912). Para evitar os abusos daqueles que fazem das ruas seus depósitos de lixo, a prefeitura passou a “destacar diariamente um guarda fiscal para o serviço de ronda noturna” (*Diario do Commercio*, 29 de novembro de 1912). Mesmo assim, alguns meses depois, continuava “o mau habito de se fazer da rua, deposito de lixo”, além disso, “outros entendem que as ruas são water closed” e urinam sem menor pudor (*Diario do Commercio*, 27 de março de 1913). Em 1914, o jornal continuava denunciando e criticando a prática de urinar nas ruas e o mau cheiro resultante (*Diario do Commercio*, 01 de abril de 1914).

Na falta de um sistema de esgotos, a população jogava seus despejos e dejetos no Itiberê. Em um relatório para a prefeitura, de 1898, o engenheiro municipal ao sugerir um sistema de fossas igual ao da capital, argumentou “que tem produzido resultados satisfactorios em Curityba, onde não há a facilidade de despejo que nos possuímos, o mar” (*O Paranaguá*, 19 de fevereiro de 1899). Quase vinte anos depois, o encanamento de um banheiro que ia até a maré, rompeu causando “ardor pestilento” (*Diario do Commercio*, 01 de julho de 1913). No ano de 1912 a prática parecia permanecer e o jornal elogiou a prefeitura pela reforma do cais na região da Praça João Guilherme até o estaleiro, pois a vazante deixava à mostra “toda a espécie de detrictos em prejuizo á saúde publica” (*Diario do Commercio*, 02 de outubro de 1912). E quando a prefeitura resolveu prolongar o cais atrás da alfândega velha, em 1913, o jornal elogiou novamente, já que ali se acumulavam “despejos de immundices, que não são

cobertos pela maré” (Diario do Commercio, 09 de maio de 1913). No ano seguinte ainda acontecia “de pessoas fazerem despejos, no rio “Itiberê”, ao cair da noite” (Diario do Commercio, 05 de outubro de 1914). Mais compreensivo foi um colunista que aceitava o hábito de jogar lixo no rio, mas que criticava aqueles que esperavam os restos apodrecerem:

Se uso da pratica censurável de lançar á maré, os detritos de sua casa, que o faça diariamente: não os deixe, porém, apodrecer, guardando-os em casa, para depois espalhar aos outros, odor deletério (Diario do Commercio, 08 de setembro de 1914).

Dentro deste ambiente insalubre, as doenças assolavam a cidade. Além da varíola do ano 1900, houve a peste em 1908 (O Commercio, 28 de novembro de 1908). Os imigrantes eram vistos como os grandes responsáveis pelas “muitas das epidemias que nos assolam”, pois além de estarem atacados por moléstias, ficavam em péssimas condições higiênicas no barracão dos imigrantes localizado no Porto d’Água (Diario do Commercio, 11 de fevereiro de 1912). Em condições insalubres também viviam os pobres e apesar dos poderes políticos investirem na prevenção da tuberculose com a distribuição de panfletos (Diario do Commercio, 02 de maio de 1912), a doença era diretamente relacionada com a miséria:

Quem conhece de perto a população de nossa cidade... pode afirmar ao publico que a tuberculose campeia servida pelo pauperismo que os telhados incobrem... Os casos são innumeros e se reproduzem em famílias. (Diario do Commercio, 08 de setembro de 1912)

No último dia de novembro de 1913, a disenteria, matou um menor (Diario do Commercio, 01 de dezembro de 1913) e outro no dia seguinte “tambem, victima pela moléstia reinante (dysenteria)” (Diario do Commercio, 02 de dezembro de 1913). A situação se tornou grave e levou à cidade o diretor de higiene do estado, o senhor Dr. Candido de Leão (Diario do Commercio, 03 de dezembro de 1913) que depois de inspecionar alguns enfermos “reconheceu a assistência da moléstia, cuja causa só se pode attribuir ao inicio do calor” (Diario do Commercio 04 de dezembro de 1913). Em janeiro de 1914, a mando do diretor de higiene, chegou em Paranaguá, o Sr. Dr. Manoel Carrão, chefe do laboratório da repartição para a “verificação bacteriológica sobre a dysenteria reinante” (Diario do Commercio 06 de janeiro de 1914). Mesmo com toda a atenção das autoridades, somente em abril os casos de disenteria começaram a diminuir (Dia-

rio do Commercio 04 de abril de 1914). Além das disenterias, em 1913 a cidade também foi atacada pelas câimbras de sangue, que causaram muitas mortes “dando a contribuição de um por dia, para o obituário” (Diario do Commercio 27 de dezembro de 1913).

Mal havia terminado a epidemia de disenteria e a cidade já passava por outra moléstia, pois estava começando “a temporada do sarampo para o tormento da infância” (Diario do Commercio, 18 de abril de 1914). Para aumentar a tensão, um caso de varíola deixou a cidade em alerta. Uma equipe de desinfecção do departamento de higiene estadual se dirigiu até Paranaguá (Diario do Commercio, 09 de março de 1914) e o jornal aproveitou a situação para pedir a instalação na cidade de “um posto de hygiene estadual, munido de aparelhos desinfectórios” (Diario do Commercio, 20 de abril de 1914). A varíola era tratada com respeito e as autoridades disponibilizavam a vacina, entretanto era preciso convencer a população. Em agosto de 1912, as crianças começaram a ser vacinadas para servirem de exemplo (Diario do Commercio, 18 de agosto de 1912), porém quase dois anos depois as pessoas ainda não haviam aderido à vacinação e o jornal precisava chamar a atenção para a importância:

Cumpre-nos lembrar ao nosso povo, o dever de vaccinar-se contra a varíola. Diga lá o que disseram sobre a vaccina, Ella constitue um facto real na prophylaxia, um meio de imunisação real e effectiva (Diario do Commercio, 10 de julho de 1914)

Na mesma época do sarampo, a região foi atacada pelas febres. A Ilha da Cotinga estava em situação alarmante, pois havia casos em praticamente todas as casas. Em Paranaguá também existiam pessoas doentes, mas “de caracter benigno, cedendo aos primeiros medicamentos” (Diario do Commercio, 22 de abril de 1914). A epidemia se alastrou e as febres fizeram vítimas pela região litorânea e em algumas casas todos os moradores estavam infectados. Sem trégua, o impaludismo, continuava “a grassar intensamente, em diversos pontos do município” (Diario do Commercio, 29 de abril de 1914) e por isso era imprescindível a distribuição “de comprimidos de quinino [...] principalmente á margem dos rios, onde grassa o impaludismo com intensidade” (Diario do Commercio, 09 de maio de 1914).

O verão aproximava-se mais uma vez e o jornal local pediu o auxílio da população: “O calor [...] está subindo, com promessas de nos dar um verão fortíssimo [...] Cabe-nos aconselhar a população que

mantenha toda a hygiene nos domicilio e nos quintaes...” (Diario do Commercio, 21 de outubro de 1914). Como apenas aconselhar talvez não fosse suficiente, o jornal exigia intensa fiscalização em 1914:

Com a aproximação do verão [...] torna-se necessario que se façam sentir os rigores da hygiene. E para isso é preciso que as autoridades sanitárias [...] empreguem todos os meios precisos no sentido de conseguir que a população observe [...] os conselhos da hygiene moderna. Uma grande parte das nossas habitações está ainda muito longe de corresponder às condições do nosso clima [...] A maior parte das casas [...] não reúnem às qualidades exigidas pela boa hygiene (Diario do Commercio, 16 de outubro de 1914)

Dentro deste conhecimento, deste saber, deste discurso, sobre saúde, sobre higiene, salubridade e saneamento, desenvolveu-se a questão da água potável e encanada já no final do século XIX. A população servia-se em fontes e carroções que faziam a distribuição e talvez continuasse assim por muito tempo. O ideal de canalização de água potável foi imposto de cima para baixo, dentro de um projeto político fundamentado em argumentos científicos. Demorou cerca de vinte anos para concretizar-se e, no final, apesar de muito esperado e comemorado, acabou gerando conflitos. Antigos hábitos ainda ligados a uma sociedade sem água potável não podiam mais ser aceitas e a lei e os discursos teriam que alterar os hábitos da população em nome de um ideal civilizador. Assim como no Rio de Janeiro e em Curitiba, o modelo de intervenção do Estado na saúde pública de Paranaguá seguiu uma linha autoritária quando necessário.

A questão da água em Paranaguá

Paranaguá permaneceu distante do moderno ideal de salubridade até a segunda década do século XX. Durante o período estudado, o discurso higienista, além de condenar o assoreamento e a insalubridade do rio Itibere, criticava várias práticas da população e do comércio. A teoria da estagnação dos elementos produzindo miasmas estava presente neste conjunto de saberes da época e por isso as águas paradas pela cidade eram vistas como um problema importante e que precisava ser combatido em nome da saúde das pessoas. Desde 1890 havia críticas sobre a estagnação do rio Itiberê e suas consequências nefastas, e este problema continuou

por vários anos, mas a água parada não se limitava ao rio. Em 1907, O Espião apontou a água estagnada em pontos da cidade como agente multiplicador e responsável pelo aumento de pernilerias (O Espião, 03 de março de 1907). No ano seguinte, quando a peste atacou Paranaguá, um artigo em jornal de Curitiba informou como preveni-la, e uma das medidas era evitar as águas estagnadas:

coibir-se de gelados e precaver-se de resfriamentos; banhar-se todos os dias e mudar as roupas [...] evitar os ardores do sol, principalmente do meio dia às 3 horas; substituir à tarde os factos de lã pelos de linho ou algodão; abolir o uso de bebidas alcoólicas, principalmente absintho e vermouth; preferir a alimentação mixta – vegetaes, leite fervido, ovos quentes, carne e fructas bem sazoadas; usar para todos os misteres agua filtrada ou fervida e arejada [...] lavar [...] com solução quente de potassa [...] todos os dias as áreas das latrinas [...] remover todos os dias o lixo do quintal, latas e garrafas varias; despejar nas latrinas alcatrão, dissolvido em aguardente forte em 20% (alcatrolina) [...] impedir a formação de aguas estagnadas (O Commercio, 28 de novembro de 1908)

Em março de 1912, com a alfândega já localizada no Porto Dom Pedro II, a prefeitura mandou aterrar alguns locais próximos ao novo prédio da instituição, pois a água ficava parada prejudicando o trânsito das carroças e a saúde da população local (Diario do Commercio, 21 de março de 1912). No mesmo ano, um artigo no Diario do Commercio defendia o uso das largas ruas nos projetos do prefeito porque assim o ar circularia melhor, aumentando a higiene do mesmo, e permitiria o sol penetrar com rapidez e evitar águas estagnadas prejudiciais à saúde (Diario do Commercio, 02 de julho de 1912). De acordo com o jornal de 1913, a água parada “pelo tempo, apodrece e contribue para a infecção” do local (Diario do Commercio, 19 de março de 1913) e a contaminação da água aconteceria tanto em reservatórios artificiais quanto nos naturais, “nas quaes a circulação é lenta ou rara” (Diario do Commercio, 25 de fevereiro de 1913). No interior deste discurso, deste conhecimento sobre as condições ideais da água, surgiu e se desenvolveu a questão da água encanada.

Paranaguá era uma cidade insalubre e os habitantes estavam trocando-a pelo Porto d'Água. Sua população urbana em 1900 era formada por cerca de 10.000 a 8.000 habitantes. Havia 880 prédios térreos e 69 sobrados cadastrados e “A cidade se comprimia entre o Rio Itiberê e a atual Julia da Costa, entre a Praça João Guilherme [...] e o Campo Grande”. O Rocio e o Porto Dom Pedro II eram vistos como

dois longínquos povoados. A cidade contava com o Mercado, o Chalé de Peixe, um barracão para mercadoria na margem do Itiberê, o Cemitério do Carmo, um matadouro, a cadeia na Rua 15 de Novembro, duas tamancarias, uma fábrica de café, uma de cera, duas de fogos de artifício, uma de pólvora, várias de farinha de mandioca, vinte de aguardente, entre outras fábricas e estabelecimentos comerciais. Não existiam carros e nem caminhões, apenas carroças, o que não devia ajudar na questão da limpeza e da salubridade nas ruas. A frota era formada por 1 carroça coberta com 4 rodas para transportar carne verde, 4 carruagens particulares e 70 carros de 2 rodas. O tráfego marítimo e fluvial era composto por uma lancha a vapor da alfândega, quatorze botes que transportavam os passageiros dos navios para terra e vice-versa, vinte e uma lanchas de vela para movimentar as cargas entre o porto Dom Pedro II e a cidade e três Chatas que serviam de depósito para mercadorias (Quilote, agosto de 1989). No relatório não apareciam as pequenas canoas de uso particular que no final da República chegavam ao número de 500 embarcações, a maioria de propriedade de pessoas pobres (LEANDRO, 2003). “A grande iluminação [...] constava de 120 lampiões de querosene [...] não havia água encanada, nem serviço de esgoto”. A população se servia-se de água em duas fontes, “uma à beira-mar”, no final da Rua Pêcego Junior, abaixo da Igreja São Benedito, e a outra na região onde atualmente está o prédio dos Correios. Quem podia pagar, comprava a água na porta de casa, pois havia um serviço de distribuição com dez carroças pipas que vendiam a água na razão de um barril de 20 litros por 100 réis (Quilote, agosto de 1989). Sua passagem era anunciada com o “tilintar monótono da campainha [...] presa ao pescoço da [...] alimária das carrocinhas [...], que distribuíam água”. Além dos carroceiros da água, algo normal durante o dia era a escada encostada nos poste de luz e no último degrau delas “o limpador de vidros e cuidador da conservação dos lampeões de kerosene” (O Mez, 15 de maio de 1917). Havia um chafariz público inaugurado no Porto Dom Pedro II em 1890 (O Mez, julho de 1917) para a população daquele distante povoado. Os parnanguaras também podiam comprar a água em sua forma sólida, mas era bem mais cara. Na Rua XV de Novembro existia o Salão Democrata, que além de sorvetes, cerveja, bebidas e frappée, vendia o quilo do gelo por 600 réis em 1900 (Tribuna, 11 de novembro de 1900).

Sem água em casa, era preciso ir lavar as roupas

nas lavanderias públicas. É possível perceber a importância das lavanderias em um poema do ano de 1900 publicado em um jornal de Paranaguá. Seguem alguns fragmentos da obra publicada:

Ha pela relva roupas estendidas [...] Tão brancas como a neve [...] aqui, ali, outras bem cedo erguidas no varal [...] Lavadeiras pelo campo [...] teem na boca cantigas divertidas [...] junto à fonte [...] as velhas pitam [...] imersas na água [...] lavam e batem e riem [...] peritas no lavar da vida alheia (O Sapo, 30 de setembro de 1900)

Água potável encanada, esgotos e luz elétrica. Uma trindade básica para a cidade ser considerada evoluída. Em 1891, Curitiba via na água potável encanada e no sistema de esgoto uma solução para a salubridade pública e que tornaria a cidade em outra Petrópolis, atraindo riqueza e pessoas. A capital seria um local de refúgio e recreio para os habitantes de cidades com clima ruim e insalubre (Diário do Commercio, 25 de fevereiro de 1891). Paranaguá tentou acompanhar de perto a capital paranaense e já no século XIX tentou-se implantar a água encanada, o esgoto e a luz elétrica na cidade. Porém, ao que indicam as fontes, a preocupação com a higiene era mais para evitar o êxodo urbano do que um simples embelezamento. O Itiberê era um lugar imundo que assoreava cada vez mais, causava doenças e estava expulsando as pessoas da cidade, gerando uma migração em direção ao Porto d'Água. Entre 1890 e 1900, o número de habitantes caiu de 11.794 para algo entre 10.000 e 8.000 e em 1906, de acordo com um visitante, a população estava reduzida a 5.000 pessoas (A Republica, 19 de outubro de 1906). Se nada fosse feito para melhorar a salubridade de Paranaguá, a população iria mudar para o Porto Dom Pedro II, algo que em 1907 já parecia estar acontecendo:

No Porto Pedro II está se concentrando a vida industrial de Paranaguá [...] a população [...] duplicou e novas e risonhas casinhas de madeira surgiram [...] alguns <<chalets>> modernos margeiam a estrada dos bonds e é bastante [...] a agitação que ali se nota [...] contrastando [...] com o silencio nas ruas mais commerciaes da cidade [...] Locomotivas cruzam constantemente [...] em todas as direções [...] sirenes [...] machinas [...] guindastes [...] wagonetes [...] apito melancolico dos vapores (A Republica, 02 de maio de 1907)

Perseguindo o ideal de higiene, tentando melhorar a salubridade local, o coronel João Guilherme Guimarães, prefeito municipal de Paranaguá, abriu a concorrência para os serviços de instalação dos esgotos e da água encanada na cidade em 1895.

Um jornal carioca publicou o edital avisando que “a quantidade d’água por habitação não será inferior a 500 litros” e que ambos os serviços seriam obrigatórios em todas as casas por lei municipal (O Paiz, 29 de maio de 1895). Junto com os editais para água e esgoto também foi aberto um para fornecimento de luz elétrica (O Commercio, 11 de agosto de 1895). As melhorias não se efetivaram e em 1897 os serviços de energia elétrica, água e esgoto ainda não haviam sido contratados. Naquele ano, foram publicados novos editais mais detalhados do que os anteriores. A concessão do fornecimento de água seria de 50 anos a partir da data da assinatura do contrato e o limite mínimo de água deixou de ser por habitação e passou a ser por habitante e era bem acima do que se considera o mínimo atualmente:

as obras deverão ser construídas com materiaes de primeira qualidade [...] a distribuição da água poderá ser feita por contadores automáticos, ou por pena d’água. O calculo para o suprimento d’água será [...] 250 litros por habitante, em 24 horas [...] Nos lugares designados pela Camara serão estabelecidos – chafarizes, lavanderias publicas e serão collocados nos cruzamentos das ruas registros que se prestem ao serviço de extinção de incêndios e de irrigação da cidade [...] o fornecimento para os chafarizes, lavanderias publicas, extinção de incêndios, irrigação da cidade, lavagem de esgotos e para os edificios municipaes, estadoaes, federaes, casas escolares, prisões e hospitaes, será gratuito (O Paiz, 24 de março de 1897)

Alguns dias depois da publicação do edital, autoridades parnanguaras visitaram “as caoeiras dos Rios Miranda e Santa Cruz”, na Serra do Mar, em comitiva formada pelos “srs. dr. Mottete, Manoel Cunha, Meirelies, e Carlos Eugenios, Tiburcio Costa e Julio Theodorico”. Chegaram lá 11 horas do dia 2 de abril e constataram que o volume de água era “mais que suficiente para o abastecimento, parecendo magnífica as qualidades” (A Republica, 06 de abril de 1897).

Mesmo com todo o entusiasmo da elite política, os serviços não se realizaram e no ano de 1899, em um relatório para o prefeito João Guilherme Guimarães, o engenheiro Virgílio Ricardo dos Santos comentou o assunto. Segundo ele, todos conheciam as vantagens do sistema de água e esgoto e a câmara municipal deu todo o apoio ao prefeito para a contratação das obras. Porém, como ainda não havia esgotos, era necessário dar uma atenção maior às latrinas, pois algumas ruas estavam tomadas pelo mau cheiro. Um sistema de fossas igual ao da capital deveria ser escolhido, pois lá, onde não existia o mar para receber os despejos, este sistema fun-

cionava muito bem. O engenheiro citou a reforma na lavanderia pública do Campo Grande e também na fonte nova, que ganhou torneiras e passou por uma limpeza geral (O Paranaguá, 19 de fevereiro de 1899).

Em 1900, o coronel Theodorico Julio dos Santos tomou posse na prefeitura de Paranaguá. Durante as festividades, foi eleito para presidência da câmara o major João Estevão da Silva. Quando a cerimônia terminou, o novo prefeito foi acompanhado por alguns convidados até sua residência, “onde teve lugar um profuzo copo d’água” (A Republica, 25 de setembro de 1900). Mesmo reclamando da falta de recursos, a prefeitura reformou a fonte velha, a fonte nova e também a lavanderia da rua D. Izabel 9 Tribuna, 11 de novembro de 1900).

Antes da água e do esgoto, chegou a luz elétrica em Paranaguá. O sistema de iluminação elétrica foi inaugurado no dia do 50º aniversário da criação da província do Paraná, em 19 de dezembro de 1903 (O Mez, julho de 1917). No ano seguinte a Matriz já possuía luz elétrica (A Luta, 03 de julho de 1904) e em 1905, a usina passou por melhorias para aumentar a produção em vista da grande demanda, “pois, a machina que trabalha actualmente já se acha com a carga completa; entretanto, é enorme o numero de encommendas para instalações” (A Republica, 11 de maio de 1905). No final do ano, Theodorico convenceu a câmara sobre as vantagens “da encampação da usina da luz electrica” (A Republica, 04 de dezembro de 1905), entretanto, em 1906, a usina a vapor ainda era de uma empresa particular (A Republica, 19 de outubro de 1906). O prefeito Theodorico não se contentou com a luz elétrica e em 1904 estaria “tratando de dotar aquela importante cidade com uma rêde de agua e esgotos” (A Republica, 23 de junho de 1904) e em 1905 foi autorizado pela câmara a fazer uso de parte do empréstimo para melhorar a salubridade de Paranaguá (A Republica, 04 de dezembro de 1905).

Os serviços de água e esgoto não foram realizados e segundo um jornal local de 1908, a causa era muito clara: “Paranaguá, nosso berço [...] nunca procurou dar um passo avante, porque não sahe do engatinho”, porque faltava vontade política, e apenas se reformava alguma casa velha e tampavam alguns buracos, enquanto o rio “Ityberê” continuava entupido a ponto de ser possível passar “ao Valladar” a pé. Moradores da Estradinha e do Rocio reclamavam da lama e do mato nas ruas e pediam uma atenção maior da prefeitura. Na rua atrás da

alfândega no caminho para a fonte onde a população se servia de água, em dias de chuva a lama impossibilitava o trânsito (O Janota, 10 de maio de 1908).

Mesmo com luz elétrica, a Paranaguá de 1908 era muito parecida com a cidade do século XIX. Havia sérios problemas de higiene, a peste assolou a cidade e acontecia um êxodo urbano em direção ao Porto Dom Pedro II em decorrência da insalubridade. Os sistemas de água encanada e de esgotos permaneciam um ideal. Neste ano foi eleito prefeito Caetano Munhoz da Rocha, médico formado no Rio de Janeiro e defensor da higiene urbana, prometendo melhorar a saúde pública de Paranaguá através da implantação dos serviços de água encanada e esgoto.

Desde 1904 Caetano estava na vida política e em 1908 possuía muita influência (SCHEIFER, 2008, p. 69-71) que seria usada para a implantação de melhorias na cidade. Como integrante do Legislativo, ele assinou uma autorização de doação da cachoeira do Miranda e 200 hectares de terras marginais localizadas na colônia Santa Cruz para a Câmara Municipal de Paranaguá, para serem a “força hydraulica aproveitada nos serviços de abastecimento d’agua, iluminação electrica e rede de esgottos daquela cidade” (A Noticia, 20 de junho de 1908). Faltava apenas o Executivo confirmar e isto aconteceu no mês de outubro quando o “presidente do Estado, concedeu por decreto [...] a cachoeira do Miranda e duzentos hectares de terras marginais devolutas” para Paranaguá (A Republica, 24 de outubro de 1908). A lei municipal n. 447, de 26 de outubro de 1908, autorizou o prefeito a convocar “concurrentes” para a instalação dos serviços de água e esgoto na cidade (O Mez, julho de 1917) e os editais foram publicados em dezembro:

O Prefeito Municipal [...] chama concurrentes para, dentro do praso de sessenta (60) dias, a contar da data do presente edital, apresentem propostas sobre os serviços de abastecimento d’agua, rede de esgottos e arrendamento da uzina de luz electrica (A Republica, 26 de dezembro de 1908)

O mesmo edital explicava que os concorrentes deveriam depositar 5.000\$000 como garantia da assinatura do contrato e mais 20.000\$000 na assinatura do mesmo para garantir a execução das obras. Depois de pronto o sistema de água encanada, o suprimento de água potável no perímetro urbano seria de 200 litros por habitante, 50 litros menos do que exigia o edital de 1897, mas ainda bem acima da quantidade considerada ideal nos dias de hoje. As despesas para estes melhoramentos seriam ban-

cadas a partir de uma taxa municipal cobrada junto com o imposto predial. Um correspondente da cidade afirmou em jornal da capital que o prefeito estava trabalhando em prol das esperadas melhorias:

A prefeitura deste municipio emprehende trabalhos. Illuminação, agua, exgotos, calçamento á parallalepipedos da rua 15 de novembro [...] Oxalá vejamos logo realizado esse sonho há tanto tempo aninhado em nossa mente: termos agua sem ser por esse miseraveis bariszinhos de 100 réis (O Commercio, 04 de janeiro de 1909)

Quatorze anos depois do primeiro edital, os serviços foram finalmente contratados. No gabinete da prefeitura, no dia 19 de fevereiro de 1909, “com a presença dos camaristas municipais e de muitas outras pessoas”, uma única proposta foi apresentada pelo senhor Dr. Augusto Ramos. Neste mesmo dia a prefeitura nomeou Candido Ferreira de Abreu, Carloz Cavalcante de Albuquerque e José Niepce da Silva, “todos engenheiros competentes” para a comissão que estudaria o projeto apresentado. Depois de algumas alterações, o contrato para as obras foi assinado em 27 de maio do mesmo ano (Diario do Commercio, 18 de janeiro de 1914). Seguem algumas particularidades:

abastecer a Cidade de Paranaguá e o Porto D. Pedro II com um volume liquido de um milhão e dusentos mil litros (1:200:000) em vinte quatro (24) horas, ou seja, um supprimento diário de duzentos (200) litros por habitante, a uma população de seis mil (6:000) habitantes [...] As águas [...] serão derivadas e addusidas pela acção da gravidade dos rios <<Miranda>> e <<Santa Cruz>>, e sua captação será feita em logar conveniente, na zona adjacente á chamada <<Caldeira>> [...] A adducção será feita em tubos <<Manesmann>> de aço sem costura, ou em tubos de ferro fundido capases de suportar [...] uma pressão de quinze [...] athmospheras [...] Os contractantes se obrigam a apresentar os estudos definitivos para o serviço [...] assim como a analyse [...] feita no Laboratorio Nacional de Analyses [...] no praso de seis mezes [...] O praso para a conclusão [...] será de dous (2) annos, contados da data da approvação dos estudos definitivos [...] os contractantes se obrigam a fornecer gratuitamente toda a água destinada ao uzo publico, em chafarises, lavanderias, etc [...] sempre garantindo [...] cem mil litros [...] diários para esse fim (A Epocha, 05 de junho de 1909)

Cumprindo o contrato, o engenheiro Adriano Gustavo Goulin, em 26 de julho comunicou o inicio das obras preparatórias à prefeitura (Diario do Commercio, 18 de janeiro de 1914), mas os serviços não começaram no prazo estipulado e em outubro de 1909, “os trabalhos de abastecimento de água á população urbana” que já deviam ter iniciado,

permaneciam no projeto:

duas turmas de trabalhadores vão abrir a estrada sob que serão assentados os tubos. A primeira [...] dirigida pelo ilustre engenheiro A. Goulin abrirá a picada em linha recta da Cachoeira do Miranda á cidade, tendo por ponto de mira a torre da Matriz, que se avista, com binoculo, lá dos morros e a segunda irá fazendo o serviço de alargamento, presumindo-se que dentro de um mez, o mais tardar, estará concluída essa grande picada em linha recta, de 16 kilometros pouco mais ou menos (A Republica, 08 de outubro de 1909)

Os estudos definitivos e a análise da água foram apresentados em 27 de novembro e após a “apreciação do sr. dr. Niepce” e algumas modificações, o projeto foi aprovado. Novamente os trabalhos não seguiram o planejado e o contrato acabou sendo transferido para a Empresa de Melhoramentos Urbanos de Paranaguá (Diario do Commercio, 18 de janeiro de 1914).

A Empresa de Melhoramentos Urbanos de Paranaguá era uma sociedade anônima com capital de 320 contos de réis (R\$ 320:000\$000) divididos em 1.600 ações. “Organizada e constituída na forma das leis, por contratos de 22 e 27 de dezembro de 1909, em notas do segundo Tabelião da Capital”, sua constituição foi publicada no Diário Oficial de São Paulo em 29 de dezembro e registrado na Junta Comercial de São Paulo no dia 28 do mesmo mês. Ela iria explorar os serviços de águas, “exgotos”, iluminação pública, fornecimento de energia elétrica e explorações industriais, de acordo com o contrato de 27 de maio de 1909. A concessão dos serviços era pelo prazo de 30 anos e a prefeitura assumiria o pagamento das taxas na falta de pagamento por parte dos moradores (Correio Paulistano, 09 de março de 1910).

Em fevereiro de 1910, o diretor da empresa, chamou os acionistas para uma assembleia geral na qual iriam tomar conhecimento da proposta de um empréstimo por debênture (Correio Paulistano, 23 de fevereiro de 1910) e “aos vinte e oito dias do mez de fevereiro de mil novecentos e dez” mais da metade dos acionistas se reuniu na cidade de São Paulo, na rua da Boa Vista, nº25, edifício do Banco União. O senhor coronel Asdrubal do Nascimento foi escolhido para presidir os trabalhos e convidou para secretário o coronel Horacio Berlinck e o engenheiro Conra do Ericksen Filho. Após os devidos esclarecimentos sobre as vantagens dos serviços a serem realizados em Paranaguá e das condições do empréstimo de R\$ 200:000\$000, a proposta foi vo-

tada e aprovada por unanimidade (Correio Paulistano, 02 de março de 1910). A operação foi realizada por intermédio dos corretores Leonidas Moreira e Aymoré P. Lima e o jornal deu até um prazo para o término dos serviços:

Podemos assegurar que a instalação hydro-electrica para fornecimento de força e luz se realizará dentro de seis mezes, a canalização d'agua em oito mezes, e a rede de exgotto no prazo Maximo de dois anos (A Republica, 26 de março de 1910)

Dezesseis dias depois da reunião e com a missão cumprida, os senhores coronel Ricardo Guimarães e Dr. Conrado Ericksen Filho, diretores da empresa, e o Dr. Joaquim Miró, fiscal do governo, pegaram o trem noturno de São Paulo para o Rio, onde embarcaram no vapor com destino a Paranaguá (Correio Paulistano, 18 de março de 1910).

Mesmo com o empréstimo e com todo o apoio político, mais uma vez os serviços não foram executados dentro do cronograma e em 1912 houve alteração no contrato e nova prorrogação dos prazos. A questão da água era bem mais complicada do que há dez anos, pois diferente da primeira década do século XX, quando a cidade diminuía devido o êxodo urbano, na segunda década Paranaguá crescia novamente, chegando aos 18.000 habitantes em 1911 (Almanak do Governo do Estado do Paraná, de 1911). Havia também os imigrantes que ficavam em hospedaria específica no Porto d'Água. De acordo com um relatório do governo, em 1911 entraram 9788 imigrantes por Paranaguá (Relatório do Presidente do Estado, de 1912). O prefeito possuía amigos e inimigos e com as eleições se aproximando, o discurso sobre a água poderia ser fundamental para garantir ou impedir sua reeleição.

No relato de um visitante, a cidade foi descrita de forma positiva e o prefeito muito elogiado:

Observo as lindíssimas ruas magnificamente calçadas, os ricos palacetes, a hygiene moral do povo ao par de todos os melhoramentos matriais que por muito salientam a sabia administração do honrado Prefeito Dr. Caetano Munhoz da Rocha [...] e [...] dos illustres Camaristas, que muito se esforçam em prol do progresso (Gazeta de Notícia, 03 de dezembro de 1911)

Descrição diferente foi feita por um jornal local e opositor de Caetano. Segundo o Correio da Marinha, ele estava no poder por malabarismo da politiquice, “pelos effeitos de uma acção <<hereditária>> e não por verdadeiro mérito”. Todos sabiam que Paranaguá “é uma terra pobre [...] e que 90% dos seus habitantes lutam com as mais duras diffi-

idades” e que mesmo assim contribuem todo ano com “cento e muitos contos” em impostos. O jornal questionava a aplicação dos quase 600:000\$000 referentes ao quadriênio da gestão de Caetano, desafiava a publicação de um balanço da receita municipal e terminava o artigo acusando o prefeito de estar levando a cidade para o abismo da miséria (Correio da Marinha, 23 de outubro de 1911).

Entre apoios e oposição, a gestão municipal precisa resolver a questão da água e exigir que a empresa cumprisse o contrato. A reunião aconteceu no dia 26 de fevereiro de 1912 no edifício da câmara municipal e gabinete da prefeitura, estando presente o prefeito interino senhor coronel Elysio de Siqueira Pereira Alves, os diretores da Empresa de Melhoramentos Urbanos de Paranaguá, senhores Dr. Conrado Erichsen Filho e Albeto J. Byinton, e algumas testemunhas. A empresa pediu prorrogação para a entrega dos serviços argumentando que a entrega da tubulação atrasou e a prefeitura adiou a data limite para 10 meses contando do dia da reunião. Para prejuízo do município, os serviços de esgotos foram retirados do contrato e a multa de 5 contos de réis pela quebra do mesmo ainda seria decidida por um “Juízo Arbitral”. A prorrogação ficaria sem efeito se a tubulação embarcada no vapor Crossby não chegasse até março (Diario do Commercio, 29 de fevereiro de 1912).

O mês terminou e a tubulação não chegou. Assim, “exgotado o prazo de recurso de que trata a clausula 24 do contracto”, a portaria 104, sob ordem do prefeito Elysio Pereira, confirmou a cobrança da multa de 100\$000 (cem mil réis) a ser descontada “da caução ou de qualquer importância que esta Camara esteja á dever a dita Empresa” (Diario do Commercio, 03 de abril de 1912). A Empresa de Melhoramentos Urbanos de Paranaguá se defendeu em ofício, mostrando que as faturas consulares número 2, 129 e 2263 provavam o embarque da tubulação no dia 22 de janeiro em Nova Iorque e que a empresa não poderia levar a culpa pela demora do vapor (Diario do Commercio 05 de abril de 1912). Os canos acabaram chegando alguns dias depois e o jornal de 12 de abril lançou uma pequena nota, avisando que o vapor estava descarregando a “tubagem e accessorios para o abastecimento d’agua desta cidade” (Diario do Commercio 12 de abril de 1912). Toda esta confusão resultou na ida do Sr. Dr. Byington, um dos diretores da “Empresa”, até Paranaguá e em “cortes de cabeças”. “Consta-nos que os serviços vão ser entregues a direcção de um en-

genheiro competente” afirmou o jornal (Diario do Commercio 24 de abril de 1912).

Sem água encanada, a prefeitura teve que continuar coordenando o sistema de distribuição em pipas e fontes pela cidade. Um contrato foi assinado com Oswaldo Pinheiro para realizar o serviço de encher as pipas de água na fonte nova durante o ano de 1912. Ele teria que manter o equipamento em ordem e as instalações limpas e higiênicas, caso contrário a prefeitura recindiria o contrato (Diario do Commercio 01 de fevereiro de 1912). Isto aconteceu em outubro, porque as bombas da fonte nova estragaram e o contratante não estava cumprindo as exigências do acordo (Diario do Commercio 13 de outubro de 1912). A prefeitura concertou as bombas da fonte nova e reformou o tanque da fonte velha que estava vazando (Diario do Commercio 19 de outubro de 1912). Problemas com as bombas aconteceram também na fonte da Pires Pardinho deixando a população local sem água (Diario do Commercio 10 de julho de 1912). Além dos problemas técnicos, em 1912 existia mais uma ameaça ao fornecimento de água da cidade: a greve. Uma nota do jornal falando sobre a greve dos padeiros em Paranaguá, perguntava o que seria da cidade se os carroceiros que entregam água também resolvessem parar os trabalhos (Diario do Commercio. 24 de março de 1912).

Manter o antigo sistema de distribuição em ordem não era o suficiente e a prefeitura precisava mostrar punho firme, evidenciando que iria obrigar a “Empresa” a cumprir o contrato de uma vez por todas. Assim, em maio, “estando prestes a ser iniciado o serviço de assentamento da linha adductora para o serviço de abastecimento d’agua a cidade e Porto de D. Pedro II” o prefeito exigiu a planta e o perfil com indicações dos locais onde seriam colocadas as peças necessárias para o funcionamento da linha (Diario do Commercio, 04 de maio de 1912).

Com as mudanças no contrato, a “Empresa” não realizaria mais a instalação dos esgotos, gerando outro problema para a prefeitura. Em janeiro de 1912 o prefeito possuía um projeto organizado pelo “competente e illustre engenheiro dr. Niepce da Silva” (Diario do Commercio, 25 de janeiro de 1912) e a lei número 213 de 3 de fevereiro, autorizou a chamada de concorrentes para a construção da rede de esgotos (Diario do Commercio, 02 de março de 1912). A melhoria só seria realizada na parte velha da cidade, deixando o Porto D’Água de fora nesta fase inicial devido às condições econômicas desfavor-

ráveis (Diário do Commercio 16 de maio de 1912). No dia 30 de junho o novo edital para os serviços de esgoto foi publicado no jornal local (Diário do Commercio 30 de junho de 1912) e a expectativa era de que muitos empresários apresentassem suas propostas (Diário do Commercio 10 de julho de 1912).

Caetano foi reeleito, mas antes mesmo das eleições já havia prometido continuar com seus planos de melhoria na cidade (Diário do Commercio 15 de junho de 1912). Em julho, um artigo do Diário do Commercio afirmou que os serviços de instalação de água estavam no início (Diário do Commercio 02 de julho de 1912) e no final do ano a câmara aprovou a prefeitura a contrair um empréstimo com o governo estadual no valor de 1:200:000\$000 (mil e duzentos contos de reis) que seria usado, entre outras melhorias, para a construção da rede de esgotos (Diário do Commercio 18 de novembro de 1912). Concluir a instalação do sistema de água encanada se tornava cada vez mais urgente, pois ao que parece a distribuição com as carroças pipas não estava mais dando conta da demanda a ponto de causar conflitos entre carroceiros e população. No início de 1913, o contratante responsável por fornecer água à cadeia reclamou ser impossível encontrar um carroceiro para levar a água, pois o “carro é assaltado pelo mulheril das casas fronteiras [...] e quando o carroceiro se recusa a dar a quantidade maior da estipulada, é recolhido á prisão” (Diário do Commercio 10 de janeiro de 1913). A administração da cadeia tentou resolver o problema de uma maneira que não agradou o jornal:

É assim que se vê diariamente os presos correcionais servirem de carregadores de agua para consumo da cadeia, dos soldados e de suas famílias. A ninguém cabe transformar um cidadão que é recolhido á detenção, em servo de seus guardas (Diário do Commercio, 29 de janeiro de 1913)

As obras e a cidade

Para melhor atender a população, a Empresa de Melhoramentos Urbanos instalou um novo escritório na Rua XV de Novembro, ao lado da Igreja da Ordem (Diário do Commercio, 19 de outubro de 1912), no antigo prédio do extinto Café Central que passou por uma reforma geral para ser reocupado (Diário do Commercio, 31 de outubro de 1912). Antes de começar os serviços, era necessário levar os canos do Porto d'Água até a Serra do Mar e isto

foi feito através de carroças. O trânsito intenso chegou a danificar a estrada já castigada pelas chuvas:

As ultimas chuvas e a travessia constante dos carroções de canos para a Empresa [...] danificaram em diversos pontos, o trecho da estrada das Colonias, denominado <<Barro preto>> [...] Sabemos que [...] a turma que está trabalhando no outro trecho <<Areia branca>> volteia refazer os pontos estragados (Diário do Commercio, 29 de outubro de 1912)

O ritmo não foi o esperado e em novembro o fiscal da prefeitura perante a “Empresa [...] intimou-a para apresentar plantas dos trabalhos [...] e terminar as obras no prazo” (Diário do Commercio, 21 de novembro de 1912). Porém, mais uma vez os planos não se concretizaram, pois novamente alguns equipamentos foram entregues com atraso, chegando apenas em meados de janeiro de 1913 pelo vapor Numantia. Entretanto, desta vez a prefeitura exigiu uma contrapartida da empresa em troca da prorrogação e deu um tempo para os diretores pensarem no assunto:

A Empresa [...] obteve o prazo de dous mezes para assignar termo de prorogação provisória para o abastecimento d'agua, mediante concessões do serviço de luz publica. Essa medida foi tomada [...] devido á greve, as fabricas americanas não podem enviar no devio tempo, as valvulas e outros accesorios para o assentamento dos canos. Todos os trabalhos na Serra acham-se concluidos, no que a Empresa manteve 30 homens em trabalho. Tendo chegado aquelle material [...] serão iniciadas as obras... devendo ser inaugurado o abastecimento a 21 de Abril futuro (Diário do Commercio, 13 de janeiro de 1913)

Toda esta demora virou piada entre a população e no carnaval de 1913, um bloco ironizou a lentidão nos trabalhos:

teve muito espírito, a crítica que alguns rapazes fizeram á demora de nosso abastecimento d'agua: uma comissão balizando as ruas para o assentamentos de canos [...] de taquara (Diário do Commercio, 06 de fevereiro de 1913)

No dia 10 de março, a “Empresa” teria que assinar o termo de prorrogação definitiva, mas antes, ela pediu que uma pessoa idônea fosse junto com o fiscal verificar o desenvolvimento das obras (Diário do Commercio, 07 de março de 1913), assim, no dia 08, repetindo a excursão de 1897, subiram até a Cachoeira do Miranda o Sr. major José Lobo, prefeito interino, junto com o major Pedro Scherer, engenheiro municipal, o senhor Aristides de Oliveira, fiscal, e outras pessoas para analisarem o estado dos serviços (Diário do Commercio, 08 de março

de 1913):

Em inspecção aos trabalhos [...] estiveram [...] na cachoeira de Miranda, o srs. Major José Gonçalves Lobo [...] engenheiros municipais e outras pessoas. Foram recebidos n'aquelle local, pelo Sr. dr. Bauzer, engenheiro encarregado das obras. A linha adductora está com o leito prompto até o lugar denominado "Água Boa," cerca de 8 kilometros desta cidade, com os tubos alinhados, faltando somente soldal-os [...] Nos trabalhos estão empregados cerca de 60 operarios (Diario do Commercio, 10 de março de 1913)

A Empresa pediu 4 meses de prorrogação para entrega dos trabalhos, "em vista da continua falta de operários, com que lutava" e a prefeitura resolveu dar uma prazo maior, adiando a inauguração da água na cidade para até 7 de Setembro e no Porto d'Água até 15 de novembro. Se os prazos fossem desrespeitados novamente a empresa pagaria 500\$000 por dia até exceder 6 meses. Depois disso, o contrato seria rescindido sem nenhum direito para a Empresa. Em contrapartida, a empresa trocava os postes de madeira e os braços e "abats-jours" por outros de ferro, além de reduzir em 10% os preços da iluminação (Diario do Commercio, 11 de março de 1913). No dia 12 de março, o termo de prorrogação foi publicado na íntegra pelo jornal local (Diario do Commercio, 12 de março de 1913).

Quase um mês depois da assinatura do termo de prorrogação, os canos para o abastecimento de água já estavam "nas proximidades da Chacara do Sr. Octavio Branco" e a previsão era que em dois meses o encanamento chegasse à cidade (Diario do Commercio, 03 de abril de 1913). No final de abril o clima era de otimismo:

A collocação e soldagem dos canos extendidos da Serra para o abastecimento de água, estão muito adiantados, sendo de notar o esforço do engenheiro Chester, nesse intuito de cumprir as bases da prorrogação de praso (Diario do Commercio, 20 de abril de 1913)

Dia 22 de maio, o jornal informou que os canos estavam soldados até o Xapécó e a previsão era que dentro de um mês e meio, mais ou menos, "estará o encanamento na praça, Pires Pardinho, em condições de funcionamento". O diretor da Empresa, Sr. Byinton iria até Paranaguá verificar o andamento das obras (Diario do Commercio, 22 de maio de 1913). Os canos chegaram na praça no dia 26 de junho, "estando [...] a cidade ligado ao manancial [...] na Serra", trazendo muita alegria àqueles "que almejam o abençoado melhoramento". Os trabalhos no Campo Grande, como também

era chamada a região da Pires Pardinho, atraíam "grande numero de curiosos" (Diario do Commercio, 01 de julho de 1913). Depois de soldados os canos da Estradinha, seria possível iniciar os testes para verificar a soldagem da tubulação (Diario do Commercio, 27 de junho de 1913). Eles foram realizados com sucesso e a água da Serra chegou pela primeira vez ao Campo Grande no início de julho de 1913 (Diario do Commercio, 05 de julho de 1913). A prefeitura entrou em acordo com a "Empresa" que se disponibilizou instalar uma torneira na praça para fornecer água à população até o término dos serviços (Diario do Commercio, 30 de junho de 1913).

Os trabalhos de instalação do encanamento prosseguiram e na metade de julho os canos estavam assentados até o largo posterior à Matriz e "é bem provável que, em poucos dias, seja atravessada pelo encanamento, começando, então, a distribuição particular" (Diario do Commercio, 16 de julho de 1913). No dia 16 de julho os serviços chegaram na rua Dr. Leocadio, em frente a casa do cel. Sebastião Lobo (Diario do Commercio, 17 de julho de 1913) e no final do mês "a turma" alcançou a rua Marechal Deodoro (Diario do Commercio, 30 de julho de 1913). As obras "atingiram o Boulevard Serzedello" (Diario do Commercio, 06 de agosto de 1913) em agosto e para assentar o encanamento na travessia da Estrada de ferro, devido o enorme fluxo de trens que impediu os serviços durante a semana, os operários "trabalharam toda a noite de sabbado, sob forte iluminação" (Diario do Commercio, 11 de agosto de 1913).

Como combinado, a "Empresa" colocou uma torneira na Praça Pires Pardinho para consumo gratuito da população. Segundo o jornal, isso aconteceu graças ao prefeito Caetano, "que, sciente da falta de água que se manifesta nas fontes, e para que se não dê nesta cidade, o que acontece em Coritiba" (Diario do Commercio, 22 de agosto de 1913). A torneira foi logo usada pela população dos "arredores" que não precisava mais descer à Fonte Velha (Diario do Commercio, 23 de agosto de 1913) e se tornou "a grande atração daquelle logradouro", com muitos parnaguaras indo experimentar a água da Serra que jorrava límpida do "chafariz improvisado". Havia muita animação e também aqueles mais pessimistas prevendo que os trabalhos não iriam continuar até o fim e que a torneira na Pires Pardinho seria tudo o que Paranaguá receberia da "Empresa" (Diario do Commercio,

25 de agosto de 1913). Pessimismos à parte, “O Campo Grande [...] voltou a ser o logradouro [...] de maior concorrência [...] Os [...] foot-ballers, o encanamento de água, conseguiram aquela resur-reição” (Diário do Commercio, 01 de setembro de 1913). Mas, nem tudo foi aceito e festejado pelos defensores da ordem:

A gurisada apossou-se da torneira da água, no campo Grande, e é bem provável que, em poucos dias [...] haja estragos nesse benefício [...] É preciso que se tome providência para acautelar a conservação [...] e também proibir que certos malandros se banhem naquele local, onde pobres mulheres tem de ir para encher as suas vasilhas (Diário do Commercio, 26 de agosto de 1913)

A inauguração do abastecimento estava marcada para até 7 de setembro, mas isto não aconteceu. Entretanto, o acesso à distribuição começou antes da inauguração oficial e uma nota do dia 17 informou que mesmo os serviços não estando inaugurados “Diversos particulares tem solicitado ligação de água ao respectivo prédio, sendo atendidos pela Empresa” (Diário do Commercio, 17 de setembro de 1913). Na Rua XV de Novembro, entre a livraria Borio e o palacete Alberto Veiga, os canos também estavam assentados, até mesmo os “tubos para ligação domiciliar” (Diário do Commercio, 22 de setembro de 1913) e o encanamento chegou na Visconde de Nacar antes do fim de setembro. O prazo para a distribuição completa na cidade toda era de mais um mês no máximo (Diário do Commercio, 27 de setembro de 1913) e no Porto d’Água já havia um cano deixado aberto para a população se servir (Diário do Commercio, 20 de setembro de 1913). Para atrapalhar as obras, um forte temporal caiu sobre a cidade e as enxurradas encheram os “vallos” abertos pela “Empresa” para assentamento dos canos (Diário do Commercio, 04 de outubro de 1913), mesmo assim, este contratempo não alteraria a inauguração oficial prevista agora para 24 de dezembro (Diário do Commercio, 29 de novembro de 1913).

Os serviços não ocorreram sem complicações e foram vários os canos estourados, além de outros problemas, como uma briga entre trabalhadores que aconteceu em setembro:

pelas 11 horas da manhã, no lugar Xapecó, após uma brincadeira, atracaram-se em terrível luta corporal, os nacionais Manoel Sant’Anna e Barnardo Saraiva, ambos pertencentes à turma que trabalha no assentamento de canos [...] Em dado momento Sant’Anna sacando de uma enorme e agudíssima faca, desferiu um golpe em Barnardo, ferindo-o no ombro esquerdo (Diário do Commercio, 02 de setembro de 1913)

Em agosto uma emenda do encanamento do Campo Grande rompeu e a água alagou o capinzal chegando a escorrer até a Fonte Velha, “como em visita do Futuro ao Presente” (Diário do Commercio, 11 de agosto de 1913). No mesmo mês houve vazamentos em diversos pontos da estrada para as colônias atrapalhando bastante o trânsito na região (Diário do Commercio, 18 de agosto de 1913) e em setembro quando foram realizados testes com a pressão máxima, várias juntas do encanamento acabaram estourando no início da rua dr. Leocadio “dando ensaúchas para a petizada divertir-se” (Diário do Commercio, 18 de setembro de 1913). Também houve um grande vazamento em outubro, na mesma rua, quando a Empresa fazia uma ligação domiciliar e o cano estourou fazendo a água jorrar com força (Diário do Commercio, 07 de outubro de 1913). Mesmo após os serviços praticamente terminados, houve problemas, como o “canno mestre [...] de abastecimento [...] situado próximo a casa de <<Nha Laurinda>>” e outros canos na mesma rua que estouraram e alagaram o local em maio de 1914 (Diário do Commercio, 25 de maio de 1914). Em frente à Catedral, não foi nenhum vazamento que atrapalhou as obras e sim um achado fúnebre. Durante as escavações para instalações domiciliares, desenterraram várias “ossadas humanas, craneos, braços, pernas, se reunindo muitos curiosos” para ver a descoberta. Os restos mortais foram levados ao cemitério e enterrados novamente (Diário do Commercio, 18 de dezembro de 1913).

Antes da festa inaugural, a prefeitura instalou um chafariz no Porto d’Água, um no Rocio (Diário do Commercio, 13 de dezembro de 1913), e outro no Boulevard Serzedello, que no final de dezembro já estavam funcionando (Diário do Commercio, 24 de dezembro de 1913). Nesta época fazia dois meses que o fornecimento de água funcionava sem interrupção e cerca de 200 domicílios possuíam água encanada. Para a inauguração oficial faltava apenas o chafariz encomendado pela prefeitura para a festa que se realizaria no Campo Grande (Diário do Commercio, 18 de dezembro de 1913).

O chafariz encomendado para a inauguração

Para a inauguração do sistema de água, “a prefeitura [...] encomendou para o Rio, um lindo e vistoso chafariz, que será collocado na [...] Pires Pardiniho”. A encomenda foi feita por um “selecto catalogo” e

o chafariz “é um verdadeiro monumento [...] que servirá de fonte publica”. Ele seria rodeado por um “bello jardim, ao par de encantadora arborisação” (Diario do Commercio, 23 de maio de 1913) e instalado sobre um “pedestal [...] magestoso” feito de “pedra de cantaria [...] da Cotinga” (Diario do Commercio, 07 de junho de 1913).

Com o Sr. James Alexandre Grant, a prefeitura contractou o fornecimento do pedestal de cantaria, que terá de servir ao magestoso chafariz, encomendado para a praça Pires Pardiniho. O preço é de 3 contos de reis, sendo o contractante obrigado a entregar o a 31 de de Agosto vindouro (Diario do Commercio, 11 de julho de 1913)

O chafariz chegou em Paranaguá no dia 2 de setembro, mais de 3 meses depois da encomenda, e causou boa impressão: “o bello chafariz [...] É uma obra de ferro, que recomenda os seus fabricantes estabelecidos no Rio de Janeiro” (Diario do Commercio, 03 de setembro de 1913). Em novembro “as obras do corecto e assentamento do chafariz, no Campo Grande” estavam bem adiantadas (Diario do Commercio, 29 de novembro de 1913). No mês seguinte foram concluídos “os alicerces para o assentamento do chafariz” (Diario do Commercio, 09 de dezembro de 1913) e nos primeiros dias de 1914, as colunas do chafariz haviam sido montadas (Diario do Commercio, 08 de janeiro de 1914). Finalmente, a festa de inauguração do sistema de abastecimento de água aconteceria.

É no mínimo interessante a descrição do chafariz realizada na época. Além de a estátua ser descrita como “a bronze figura de mulher”, quando visivelmente se trata de uma figura masculina, muito parecido com Dionísio, quando o jornal citou as faces em torno da peça, que são similares às imagens de Baco, o fez apenas com o termo genérico “bocca de leão”:

bello monumento [...] fundido em França, encomendado... á Fundação Indígena, do Rio de Janeiro. A sua iluminação é feita por quatro columnas de ferro fundido, em estylo moderno, dando á praça <<Pires Pardiniho>>, um aspecto deslumbrante, transformando-a em apreciável logradouro... Este monumento traduzirá, por inscripções no granito e no bronze, a benemerencia do grandioso serviço (Diario do Commercio, 18 de janeiro de 1914)

Quase 100 anos depois de sua instalação, as

origens do chafariz foram descobertas durante esta pesquisa sobre a água potável e encanada em Paranaguá. Ele foi fabricado nas Fundições Val d’Osne, na França, e sua estátua é uma reprodução da obra original criada por Mathurin Moreau, em 1866 e que se chama L’Automne. Hoje, a peça está cadastrada na associação francesa que salva-guarda este tipo de patrimônio espalhado pelo ocidente¹⁰ e se encontra instalada na praça 29 de Julho, infelizmente bastante danificada.

Segundo o periódico A Republica, de Curitiba, “o esforço e a competência administrativa” do prefeito Caetano Munhoz da Rocha dotou o principal porto paranaense com um “dos maiores melhoramentos: o abastecimento d’agua”. A festa de inauguração aconteceria no dia 18 de janeiro, 17 horas (A Republica, 13 de janeiro de 1914).

Paranaguá [...] obteve o maior beneficio de tantos annos anciosamente esperado: recebe oficialmente o serviço de abastecimento de água. Já, há mezes, experimentado pela população [...] o melhoramento que se inaugura oficialmente, não é, portanto, uma promessa [...] mas, um facto consumado [...] As obras para o abastecimento constituem o maior serviço feito no Estado [...] De tal ordem [...] que, se outros préstimos inestimáveis não houvesse [...] elle por si só bastaria para coroar de louros, o illustre patrício (Diario do Commercio, 18 de janeiro de 1913)

Para assistir as festividades, um trem especial saiu de Curitiba levando um vagão com várias autoridades e representantes de jornais e outro vagão com a banda de música do Regimento de Segurança. Dez e meia da manhã, “o comboio, por entre musica e aclamações estacionava na gare de Paranaguá” e os convidados foram recepcionados por uma comissão composta dos senhores Caetano Munhoz da Rocha, prefeito, o coronel José Lobo, sub-prefeito, o dr. Oliveira Franco e o coronel João Regis. Todos seguiram ao Hotel Brazil para o almoço (A Republica, 20 de janeiro de 1914).

Apesar do calor, com a temperatura perto dos 40°, o evento “vibrou na alma paranaguense, movimentou as arterias da cidade” e levou o povo para a praça Pires Pardiniho, que se encontrava “encantadoramente embandeirada, tendo ao centro, o monumento comemorativo [...] destacando-se [...] sobre rico e grande pedestal de granito, a bronze figura de mulher”. Cercado

10 Un nouveau Mathurin Moreau Val d’Osne au Brésil - Disponível em: <http://www.fontesdart.org/blog/1292-un-nouveau-mathurin-moreau-val-dosne-au-bresil.html>; acessado em 01 de setembro de 2013.

de autoridades, do alto do pedestal, o prefeito fez seu discurso e foi muito aplaudido. Em seguida convidou o Sr. dr. Claudino dos Santos, representante do presidente do estado, a abrir o registro geral do chafariz. Quando a água jorrou, a banda do Regimento tocou o Hino Nacional, “havendo muitos vivas e palmas” (Diario do Commercio, 22 de janeiro de 1914) e “distribuíram-se copos, com a inscrição da solenidade [...] e assim os presentes solveram da fonte, o precioso elemento” (Diario do Commercio, 19 de janeiro de 1914). A festa atraiu “muito povo destacando-se muitas gentis senhoritas e jovens de nossa elite social” e a banda tocou no coreto até 8 horas da noite sob a orientação do maestro Soriani. “O regosijo era intenso na massa popular, abrindo-se até em danças campestres”. Para a elite local, houve danças até a madrugada nos salões dos Clubes “Litterario” e Republicano (Diario do Commercio, 19 de janeiro de 1914). Não existe evidência nenhuma do que seriam as danças campestres, mas é bem possível que fosse o fandango “uma prática comum entre as gentes pobres litorâneas” e ligada à fabricação da farinha mandioca nos sítios (LEANDRO, 2003).

O jornal considerou a água encanada como “o maior benefício de tanto annos, aciosamente esperado” e as obras para o abastecimento como as maiores de todo o estado do Paraná não apenas pelo tamanho da captação na serra, mas também pela alta qualidade do material utilizado. De tão importante o serviço que se inaugurava, que o prefeito não precisa ter feito mais nada na cidade. Principalmente porque “não pezou em um real aos cofres municipaes, sendo todo o custeio [...] a cargo da Empresa” até mesmo os honorários do engenheiro municipal. Paranaguá se livrava da “carestia com que se obtinha a agua da fonte, distribuida em carroças pipas” (Diario do Commercio, 18 de janeiro de 1914).

Se por um lado já havia cerca de 200 domicílios usando a água encanada em dezembro de 1913¹¹, por outro, o encanamento chegou na rua Julia da Costa só em 23 de março de 1914¹² e em agosto a água ainda não estava disponível em toda a cidade¹³. Mesmo que alguns tenham sido favorecidos depois que os outros, desde que os primeiros começaram a usufruir dos serviços, foi preci-

so regulamenta-lo. Assim, em outubro de 1913 a prefeitura decretou a lei da água.

Paranaguá depois da água potável e encanada

Apesar da inauguração do abastecimento de água só ter acontecido em janeiro de 1914, a população usava o serviço desde outubro de 1913 e esta nova prática precisava ser regulamentada. Leis foram criadas para definir os direitos e deveres do cidadão dentro desta Paranaguá mais modernizada. No primeiro edital a prefeitura afirmou que todos os domicílios seriam ligados ao sistema de distribuição através de lei municipal e esta promessa foi mantida. A lei n.244 de 2 de outubro de 1913, entre outras determinações, definia que:

É obrigatória para tdos os prédios, ou casa, desta Cidade e do Porto D. Pedro II, dentro do quadro urbano e nas condições estipuladas neste regulamento, a installação do serviço de água [...] desde que esteja [...] em funcionamento a tubagem de distribuição [...] na rua [...] dos mesmos prédios [...] A distribuição se fará [...] fornecendo [...] mil litros em 24 horas [...] regulado pelas dimensões de um [...] diafragma [...] Se o consumidor precisar de maior quantidade [...] se fará por meio de hydrometros, installados a custa do proprietário [...] pagando pelo excedente [...] os preços [...] da tabella II [...] É obrigatório [...] o pagamento da taxa [...] bem como no caso de que o proprietario se recuse [...] fazer [...] a installação [...] No caso de falta de pagamento [...] a Empreza remetterá, as contas não pagas á Prefeitura, as quaes, em virtude da responsabilidade do Municipio para com a contractante, serão [...] consideradas rendas municipaes [...] para serem cobradas [...] com multa de 15%¹⁴

Com o grande número de pedidos de instalações domiciliares a lei foi alterada em fevereiro de 1914, tirando o monopólio dos serviços da mão da Empresa e favorecendo os proprietários, que então poderiam contratar o serviço com terceiros se não fossem atendidos dentro de um tempo determinado pela prefeitura:

Quando no prazo de dez dias, para as obras de concerto e de trinta dias para as de construcçãoou reforma, não puder a Empreza, por insuficiencia de pessoal ou falta de material, satisfazer os pedidos dos interessados, ficarão estes com o direito de contractar pessoal que leve a effeito as obras [...] Fica entendido que

11 Diario do Commercio, 18 de dezembro de 1913.

12 Diario do Commercio, 23 de março de 1914.

13 Diario do Commercio, 15 de agosto de 1914.

14 Diario do Commercio, 10 de outubro de 1913.

a demora nos serviços por parte da Empresa, isenta o contribuidor das taxas¹⁵

Mesmo com a lei regulamentando as cobranças das tarifas, havia espaço para confusão. Em março o jornal lançou um artigo criticando a forma de cobrança, questionando os valores e exigindo que a prefeitura tomasse providências, “tendo certeza de que esses senões resultam de exaggero de algum empregado da Empresa, e não tem aprovação dos directores da mesma”¹⁶. No mês de maio, a reclamação era sobre a Empresa deixar “que se acumulem mezes de consumo, para depois exhibir u’a conta pezada” que dificultava o pagamento e ameaçava o corte dos serviços¹⁷. A cobrança continuou causando problemas e a prefeitura acabou decidindo pelo lado dos consumidores, entretanto, a empresa distribuidora não aceitou o veredito e usou uma clausula do contrato para exigir “que se decida a divergencia, por arbitramento”. De acordo com o jornal, enquanto o assunto não fosse finalizado, a cobrança seria feita “pela interpretação dada pela Prefeitura”¹⁸, porém, a ordem não foi aceita de forma pacífica:

Informam-nos que a Empresa de Melhoramentos [...] continua a exigir a cobrança contra o que foi deliberado pela prefeitura [...] Não queremos crêr que isso seja uma verdade, pois seria inclassificável desrespeito [...] Consta-nos mais que se pretende obter a cobrança das taxas [...] por ameaça de cortes [...] Ora, essa medida injusta [...] virá trazer incompatibilidades sérios entre a Empresa e a população, e poderá acarretar um levante que muitos prejuízos trará á cidade¹⁹.

Sem acordo, a prefeitura baixou uma portaria para fazer a Empresa de Melhoramentos cumprir a tabela definida por ela, entretanto, no mesmo dia um representante da empresa distribuidora foi até a prefeitura e exigiu que o assunto fosse decidido por “juizes-arbitros, no juizo federal [...] pois insiste na injustiça” da interpretação da tabela pelos poderes municipais²⁰. Em novembro de 1914 a questão se tornou mais grave, pois a empresa decidiu que não ia mais cobrar de acordo com a tabela da prefeitura

e deixaria as contas acumularem até a decisão judicial, o que de uma forma ou de outra, prejudicaria os consumidores²¹. Infelizmente, por falta de tempo, não pudemos consultar os jornais de 1915 para saber como o embate entre poder publico e privado terminou, mas, uma nota em jornal de Curitiba de 1916 mostra que as divergências continuaram:

De acordo com o parecer do consultor juridico da municipalidade, ficou deliberado pelo Sr. prefeito que os prédios fechados durante dois mezes, estão isentos do pagamento da taxa de agua²²

O sistema de água encanada teve impacto direto em alguns setores da economia parnanguara, principalmente na distribuição de água em carroças pipas. Foi tão grande a queda da demanda que inviabilizou a profissão e acabou obrigando a prefeitura intervir para não prejudicar as casas que ainda não possuíam água encanada:

O abastecimento de agua da Serra, veio desfalcar as rendas das carroças de água [...] A diminuição ja é muito grande, e ameaça deixar em paz as nossas fontes. Em vista disso, os poucos carroceiros de água resolveram suspender o serviço, no anno entrante, visto como lhes não convém pagar novas licenças para uma profissão que se acha ameaçada de desaparecer, e que actualmente rende muito pouco [...] Consta, entretanto, que a Prefeitura... resolveu considerar prorogada por 3 mezes, as licenças de carroças de água, afim de que não suspendam o serviço. O serviço de bomba da Fonte Nova foi [...] entregue á Prefeitura, pelo respectivo arrendatario²³

A prefeitura afirmou que iria manter a Fonte Nova, chamada assim “apesar de datar de 1860”, mandando construir uma balaustrada ao redor e um pequeno jardim ao lado²⁴, entretanto, dois meses depois da promessa, “o aterro da praça municipal ou <<João Gualberto>>” quase soterrou o lugar. Devido à sujeira causada por alguns meninos, a prefeitura mandou limpar a fonte e acabou mantendo no serviço das bombas o mesmo encarregado que havia desistido do arrendamento. Ele iria receber uma remuneração em vez de lucrar com os serviços do enchimento de pipas como antes²⁵.

15 Diário do Commercio, 10 de fevereiro de 1913.

16 Diário do Commercio, 25 de março de 1914.

17 Diário do Commercio, 28 de maio de 1914.

18 Diário do Commercio, 01 de julho de 1914.

19 Diário do Commercio, 30 de julho de 1914.

20 Diário do Commercio, 01 de agosto de 1914.

21 Diário do Commercio, 28 de novembro de 1914.

22 A Republica, 22 de setembro de 1916.

23 Diário do Commercio, 31 de dezembro de 1913.

24 Diário do Commercio, 09 de janeiro de 1914.

25 Diário do Commercio, 14 de março de 1914.

26 Diário do Commercio, 23 de março de 1912

Somente disponibilizar o abastecimento de água e criar leis para regulamentar o uso e o preço da água encanada não foi o suficiente. Era necessário forçar a adesão da população com um discurso fundamentado na ciência, condenando antigos hábitos antes vistos como normais e que agora não podiam mais continuar. O maior exemplo foi a mudança no discurso sobre a captação da água da chuva. Em 1912 seu uso era defendido em um artigo no jornal local:

“tudo é agravado pela imprevidencia natural dos nosso patrícios e a prova é o pouco, muito pouco, numero de cazas que aproveitam as aguas das chuvas. Si essas fossem aproveitadas convenientemente, teriamos agua bastante e não das peiores”²⁷

Dois anos depois do artigo lamentando o pouco uso da água da chuva, além do discurso ficar completamente diferente, ainda existia uma fiscalização sanitária no interior da propriedade:

“Porque juntar a agua da chuva, se, dentro da taxa mensal, o consumidor tem agua sufficiente para todos os serviços domicilliares? Só a teimosia, a persistencia nos habitos retrogados, a vontade inabalavel de não largar o velho pelo novo, é que leva certas pessoas manterem em seus quintaes esses vasilhames de agua que se corróe proliferando pernilongos [...] captando as dejeccões de corvos e outras imundícies [...] com prejuízo [...] da saúde [...] Assim, devem todos acabar com as cisternas, a pedido das autoridades sanitarias.²⁸ não há necessidade de conservarem-se [...] os prejudiciaes vasilhames de agua, devendo todos os notificados attenderem toda a notificação de hygiene, porque é uma medida necessaria á salubridade da própria saúde do notificado”²⁹

Não foi apenas a água da chuva que se tornou uma vilã. A antiga lavanderia próxima da Fonte Nova, “o velho pardieiro”, que durante décadas havia servido “para a lavagem da sujeira de muita gente”, também deveria sumir, pois o aterro da praça João Gualberto “não podia permittir que continuasse em pé aquelle edificio feio”. Segundo o jornal, “Foi tudo abaixo, e já se não permite mais o ajuntamento das lavadeiras, nem as cordas e cercas cobertas de roupa lavada, de camisas brancas ao

ar”³⁰. A derrubada gerou protestos das lavadeiras, que “botaram a boca no mundo inteiro”, mas o entender de roupas nos arredores da estação ofendia a “esthetica e moralidade” pois ficava a mostra dos passageiros dos trens. O jornal entendia que apesar de haver água em casa, a falta de esgoto complicava o lavar das roupas nas residências já que não existia para onde a água correr, porém, “o progresso se faz [...] sempre incomodando alguém [...] um mal necessario, imprescindivel para o [...] bem publico [...] acima das conveniencias individuaes”³¹. Sete meses depois foi a vez do “velho chafariz” que se localizava no mercado e que desde 1850 prestou serviços à população. Na remodelação do local, o chafariz foi destruído e apesar do ar de nostalgia do artigo do jornal, “tudo tem que avançar, tem que acompanhar a evolução mental e material do tempo”³².

A prefeitura também teve problemas com os chafarizes. O da Pires Pardini, “por ser muito procurado, dá lugar a abusos [...] dando-se grande derrame das bacias, de forma a trazer inundado o pateo [...] formando alagadiços” sendo necessário maior atenção dos fiscais³³. Além do chafariz no Campo Grande, a prefeitura instalou outros 4 em diversos pontos da cidade: no Rocio, no Porto D. Pedro II, no Boulevard Serzadello, esquina da Avenida Moscoso, e um na Estradinha³⁴. Na Estradinha, o clima era de agradecimento, a ponto de alguns moradores publicarem um abaixo-assinado em gratidão ao prefeito, já que foram beneficiados “com um chafariz que [...] proporciona o precioso liquido a água – em abundancia”³⁵. Porém, menos de um mês depois da inauguração oficial da água, o jornal denunciou que vândalos atacaram o chafariz do Porto, estragando as torneiras. Não bastasse a depredação, “o poviño” fazia o que bem queria nos chafarizes, inclusive banhando-se e formando lameiras ao esguichar água por pura bagunça. Por conta disso, o jornal pedia mais repressão policial³⁶.

Tomar banho nos locais públicos de fornecimento de água não era algo novo e em 1912, um “malandro [...] foi recolhido á cadeia por estar completamente nu’ na fonte grande querendo tomar banho

27 Diário do Commercio, 25 de abril de 1914.

28 Diário do Commercio, 08 de maio de 1914.

29 Diário do Commercio, 05 de março de 1914.

30 Diário do Commercio, 06 de março de 1914.

31 Diário do Commercio, 08 de outubro de 1914.

32 Diário do Commercio, 22 de abril de 1914.

33 Diário do Commercio, 18 de janeiro de 1914.

34 Diário do Commercio, 20 de fevereiro de 1914.

35 Diário do Commercio, 04 de fevereiro de 1914.

36 Diário do Commercio, 18 de julho de 1912.

nas torneiras da serventia publica”. Ao ser preso, o sujeito deu um nome falso: Pedro Álvares Cabral³⁷. No mesmo ano, indivíduos nus em locais públicos continuaram causando indignação do jornal. O calor estava “insuportável” em novembro e as pessoas tentavam se refrescar de várias formas, até mesmo nadando sem roupa no insalubre Itiberê: “alguns <<marmanjos>> [...] nuzinhos em pello, gosando a frescura das águas”. Era preciso que a polícia tomasse providências³⁸, principalmente, porque, “certos indivíduos estão fazendo do <<traje>> de Adão moda para os banhos no Itiberê” e a prática alcançara até mesmo a costeira, “como se esta terra fosse um littoral africano”, com homens correndo nus pelas pequenas praias e obrigando “Quem passa no Bond vagaroso [...] assistir de longe esse espectáculo”. Novamente a polícia foi chamada a intervir: “Basta de arte grega, por aqui”³⁹. Dezembro chegou e “os srs. Banhistas do littoral ainda continuam no uso dos trajes de Adão [...] Estão precisando de uma correcção”⁴⁰. Apesar das reclamações, a nudez continuou, porém, como o jornal queria, chegou a virar caso de polícia em fevereiro de 1913:

Foram intimados a comparecer perante a policia do porto os individuos Manoel Pedro da Silva e Victorino Pereira, denunciados como offensores da publica moral por se banharem <<vestido de Adão>> em aguas do Itiberê. Depois de necessarias explicações, foram mandados em paz, graças as provas que adduziram⁴¹

Na Pires Pardinho, ainda em 1913, a preocupação era com “a guriçada” que se apossou da torneira e que certamente iriam estraga-la e com “certos malandros” que se banhavam no local⁴². A prática de banhar-se em público, nu ou vestido, era um costume antigo, presente já no tempo das fontes, e que continuou dentro do novo contexto de torneiras publicas e chafarizes.

A prefeitura também instalou bebedouros para animais e outros para os habitantes. Na rua General Carneiro, na descida do jardim das Palmeiras (Comendador Carneiro), foi inaugurado um moderno

bebedouro, digno das cidades adiantadas, “para [...] pessoas que tiverem sede e não puderam recorrer aos botequins”. Ele funcionava com “chave automática, dispensando o uzo de copos e canecas” e era visto como outra importante melhoria para a “classe pobre de nossa terra”⁴³. Alguns bebedouros acabaram sendo alvo de vandalismo e de bagunça e no mês de março o jornal denunciou que “diversos garotos” colocavam areia e pedras no bebedouro em frente a estação ferroviária para interromper o funcionamento da válvula que renova a água do equipamento. “Esses garotos precisam de severa correcção” e a prefeitura deveria designar alguns guardas para proteger os bebedouros com “as armas necessárias”⁴⁴. Tanto mexeram que em abril acabaram estragando e novamente o jornal pediu punição, “uma lição energica a esses indivíduos”⁴⁵. No mês de setembro, foi instalado um “bebedouro hygienico e moderno” na praça Fernando Amaro⁴⁶ e alguns dias depois o jornal denunciava “o nosso povinho”, os “meninos vagabundos”, os “indivíduos perversos”, que usavam o bebedouro para fazer o entrudo e derramavam água por todos os lados. Novamente o artigo pedia uma ação por parte das autoridades porque não era possível permanecer com esse “regime de tolerancia para com a vagabundagem de infantes ou de adultos”⁴⁶. Em outubro a denuncia se repetiu:

doeu-nos a alma em ver, um bando de meninos cercando o bebedouro [...] da praça <<Fernando Amaro>>, como se elle fosse instituido para folguedo dos vagabundos. E impunemente, elles faziam espirar a agua para molhar os transeuntes [...] Naquella occasião seria bem applicavel, uma severa reprimenda policial no rapazio vagabundo⁴⁷

Fazer bagunça e aglomeração nos locais onde a população se servia de água, ou próximo a eles, assim como tomar banho em público e captar água da chuva, também não era algo específico da nova Paranaguá e já acontecia em 1912. Naquele ano o jornal denunciou que “A guriçada na rua da Fonte, anda insubordinada. A’ noite ha ajuntamento de

37 Diário do Commercio, 25 de novembro de 1912.

38 Diário do Commercio, 26 de novembro de 1912.

39 Diário do Commercio, 12 de dezembro de 1912.

40 Diário do Commercio, 11 de fevereiro de 1913.

41 Diário do Commercio, 26 de agosto de 1913.

42 Diário do Commercio, 20 de março de 1914.

43 Diário do Commercio, 17 de março de 1914.

44 Diário do Commercio, 13 de abril de 1914.

45 Diário do Commercio, 03 de setembro de 1914.

46 Diário do Commercio, 08 de setembro de 1914.

47 Diário do Commercio, 13 de outubro de 1914.

gury's em diversos pontos [...] Convem que a policia tome providencias"⁴⁸. A rua da Fonte era um local noturno aglutinador de "vagabundos que todas as noites reúne-se em esquina [...] A' policia compete, portanto, tomar providencia"⁴⁹. Não era apenas na Fonte Velha que havia distúrbios e em junho de 1912 o jornal denunciou que "quasi todas as noites são detonados tiros de revolver para os lados da fonte nova"⁵⁰.

Controlar a nova prática que surgia no interior da antiga sociedade parnanguara não era a única preocupação dos poderes municipais. Como os serviços de instalação da rede de esgotos foram retirados do contrato quando houve a revisão, a prefeitura precisou se incomodar com isso também.

A rede de esgotos

Contrariando o otimismo de julho de 1912, quando o jornal afirmou que com certeza seriam apresentadas várias propostas para a implantação dos esgotos, a prefeitura recebeu apenas um único projeto de autoria do engenheiro Adriano Goulin, o mesmo que estava envolvido no contrato para o sistema de água que acabou sendo transferido para a Empresa de Melhoramentos. A proposta foi avaliada pelo Dr. Niepce da Silva⁵¹ e acabou sendo reprovada em novembro por ser considerada inviável⁵².

Sem nenhum projeto passível de execução, a câmara liberou a prefeitura "a mandar construir a rede de exgotos pelo modo que julgar mais conveniente"⁵³. A lei nº 12 de 1912, autorizou a realização de um empréstimo de 1:200:000\$000 (um mil e duzentos contos de réis) para, entre outros serviços, ser usado na instalação da rede de esgotos⁵⁴ e o dinheiro saiu em abril de 1913, para ser pago dentro de 60 anos⁵⁵. No final de janeiro de 1913, antes mesmo de conseguir contrair o empréstimo com o governo estadual, a prefeitura já havia:

pedido com urgencia o preço do material, que os adquirirá por conta propria. O assentamento dos canos será feito por empreitada com pessoal da cida-

de. Ha probabilidade de ficar prompto a rêde de esgotos, na mesma epoca das installações domiciliares do abastecimento de agua. A Prefeitura empenha-se para adotar o systema mais simples, menos dispendioso (Diario do Commercio, 30 de janeiro de 1913)

Em junho a prefeitura mandou o Sr. Aristides de Oliveira para assinar o contrato para aquisição do material da rede de esgotos com a empresa que apresentou os melhores preços (Diario do Commercio, 27 de junho de 1913). Alguns dias depois chegou um telegrama do enviado, avisando ter "conseguido que a casa White aceitasse as modificações exigidas pela Prefeitura, na proposta" e que por isso o contrato foi assinado com prazo de entrega do material para quatro meses (Diario do Commercio, 07 de julho de 1913). O Sr. Aristides, licenciado pela prefeitura de Curitiba foi nomeado engenheiro municipal de Paranaguá no lugar do Major Pedro Aloys Scherer, pelo "Acto n. 56" (Diario do Commercio, 06 de agosto de 1913).

Pelo "Acto n. 53" a prefeitura aprovou o contrato assinado com os Srs. White Ferreira & Cia, no Rio de Janeiro, e um sócio da empresa foi para a Europa fazer a encomenda do material que deveria ser embarcado no final de agosto (Diario do Commercio, 05 de agosto de 1913). Com o Sr. Frederico Seegmüller, a prefeitura fechou o contrato para fornecimento de 100 tampões de ferro fundido, ao preço de 600 réis o quilo, que viriam em "...wagon..." de Curitiba, sendo que 30 tampões deveriam ser entregues em setembro, 30 em outubro e 40 em novembro (Diario do Commercio, 09 de agosto de 1913). No final do mês estipulado, a primeira carga de tampões havia chegado obedecendo às "...exigencias modernas e o recomendam pelo estylo e fabricação..." (Diario do Commercio, 27 de setembro de 1913).

Na mesma edição de 09 de agosto, quando saiu o contrato para fornecimento dos tampões, também foi publicado o edital para concorrência de 100 mil tijolos para o serviço de esgotos da cidade. As propostas deveriam ser apresentadas até dia 10 de setembro, acompanhadas de amostra do produto ofertado (Diario do Commercio, 09 de agosto de 1913) e 3 empresas participaram:

48 Diario do Commercio, 12 de dezembro de 1912.

49 Diario do Commercio, 10 de março de 1912.

50 Diario do Commercio, 06 de junho de 1912.

51 Diario do Commercio, 30 de agosto de 1912.

52 Diario do Commercio, 13 de novembro de 1912.

53 Diario do Commercio, 20 de novembro de 1912.

54 Diario do Commercio, 09 de novembro de 1912.

55 Diario do Commercio, 14 de abril de 1913.

Hontem, foram abertas propostas para o fornecimento de tijolos. Apresentaram-se as seguintes propostas: de Pedro Albino, a 60\$000, no cães; de Giuseppe Albini, a 50\$000 nas lanchas; da Fabrica Paranaense de materiais de Construção, a 44\$000 na estação. Foi aceita a ultima proposta (Diario do Commercio, 11 de setembro de 1913)

Em novembro de 1913, o jornal noticiou que a fábrica fornecedora dos materiais para a rede de esgotos avisou a prefeitura que os mesmo já haviam sido embarcados em Londres e estavam em viagem ao porto de Paranaguá por um vapor especialmente fretado para isso. O início dos serviços estava previsto para janeiro e sistema similar a rede de esgotos projetada para a cidade, só se encontrava em Santos, que era a melhor do Brasil (Diario do Commercio, 12 de novembro de 1913). Assim que o material chegasse seria aberta a concorrência para a realização dos trabalhos, que de acordo com orçamento organizado por Niepce da Silva, ficaria em 200:000\$000 (duzentos contos de réis) (Diario do Commercio, 22 de janeiro de 1914). No final de janeiro, havia sido “desembarcado o material, importado, para o serviço de esgotos desta cidade. Parte desse material encontra-se em deposito” (Diario do Commercio, 28 de janeiro de 1914). Visto que vários representantes de fábricas estrangeiras ofereceram o material para as instalações domiciliares de esgoto a preços acessíveis, a prefeitura resolver fazer ela mesma esta parte do serviço, sem visar qualquer lucro e assim podendo oferecer “um preço commodo” aos proprietários (Diario do Commercio, 12 de março de 1914).

O início das obras seria em maio e para isso a prefeitura começou a procurar “pessoal habilitado” (Diario do Commercio, 18 de abril de 1914) e lançou a portaria nº 187 explicando como seriam realizados os trabalhos para assentamento dos canos, dando pleno poderes de decisão ao prefeito (Diario do Commercio, 30 de abril de 1914). Entretanto, assim como aconteceu com o sistema de água, as obras do esgoto atrasaram e no final de maio, o jornal afirmou que os serviços iniciariam no dia 01 de junho de 1914 com mão de obra contratada com diversos operários sob as ordens da prefeitura (Diario do Commercio, 27 de maio de 1914). Desta vez a previsão funcionou e no dia prometido as obras foram inauguradas:

Hoje, ás 14 horas, iniciaram-se os serviços de escavações para o assentamento da rede de esgoto. A inauguração se effectuou no início da rua Priscilliano Correia, com a presença do sr. dr. Caetano Munhoz da Rocha... e dos srs. Coronel José Gonçalves Lobo,

Henrique Costard, Aristides de Oliveira e outras pessoas. Começaram as suas empreitadas os srs. Mauricio Thá, á rua Silva Lemos, e Antonio Bernardo Teixeira, á rua Priscilliano Correia. Esse facto vem concretisar as esperanças solidas, de possuirmos um optimo serviço de esgotos, cujo plano soffreu os estudos e modificações do illustre sr. dr. Saturnino de Britto, uma notabilidade em materia de saneamento, tendo conquistado renome como o novo serviço de Santos (Diario do Commercio, 01 de junho de 1914)

No dia seguinte, o senhor Aristides de Oliveira, mandou uma carta ao jornal corrigindo a notícia sobre a participação de Saturnino no projeto e dando os créditos ao prefeito. A mesma foi publicada na edição de 03 de junho:

O dr. Saturnino de Brito não conhece o projecto [...] portanto não podia tel-o estudado e menos aconselhado [...] O que a seu respeito ha é o seguinte: o projecto [...] foi organizado pelo [...] dr. Niepce da Silva [...] em suas linhas geraes. Fazendo-se [...] mister para o início da construção [...] um projeto [...] detalhado, e como o serviço [...] de Santos fosse exemplar e [...] de serem as condições topographicas de nossa cidade idêntica ás d'aquella, tratou-se de modelar o [...] de Paraguá pelo d'aquella cidade [...] pelo dr. Caetano Munhoz da Rocha [...] Prefeito Municipal (Diario do Commercio, 03 de junho de 1914)

Dez dias após o início das obras, o jornal afirmou que o “assentamento da rêde de esgotos está prosseguindo com muita presteza” e se continuasse assim a inauguração poderia acontecer no dia 15 de novembro (Diario do Commercio, 10 de junho de 1914). Nem o mau tempo parava os serviços e no dia 12 de junho estavam prontos “792 metros de junção de canos” (Diario do Commercio, 12 de junho de 1914), entretanto, a chuva forte causou um acidente:

A chuva renitente destes últimos dias tem perturbado o serviço... ainda hontem, nas escavações... na ladeira do Clun Litterario, um operario que se encontrava em vallo profundo, soffreu os efeitos de um desbarrancamento, e por felicidade escapou de ficar soterrado. Assim mesmo, recebeu elle varias lesões, sendo logo recolhido ao Hospital (Diario do Commercio, 19 de junho de 1914)

O mesmo artigo denunciou o vandalismo nas obras por parte dos “meninos vadios” que removem a terra das escavações e quebram os canos. Mais uma vez o jornal pedia “repressão contra a garotada” e seus “divertimentos perversos”. Apesar das chuvas e da depredação, em um mês de serviço os canos estavam assentados “em quase dous terços da cidade” (Diario do Commercio, 01 de julho de 1914) e as obras aconteciam até mesmo de noite

quando havia risco de se perder o trabalho realizado durante o dia:

no trecho da rua 15 de Novembro, entre as ruas <<Conselheiro Barradas>> e <<Prescilliano Correia>> [...] As escavações [...] foram profundas, tendo encontrado terreno de vasa, que exigiu constante esgotamento de água e emparedamento de madeira. Por esse facto [...] o empreiteiro [...] trabalhou com numerosos operários, durante a noite de ontem (Diário do Commercio, 11 de julho de 1914)

Paranaguá estava passando por uma crise econômica e alguns serviços municipais seriam paralisados, com “excepção da rede de esgotos”. Os operários trabalhavam enfrentando o mau tempo e o vandalismo, inclusive de noite, tudo para terminarem no prazo. Este clima de urgência não fazia bem para os ânimos e no dia 12 de agosto, houve uma briga entre trabalhadores. O português Francisco Porsão saiu com um grave ferimento na cabeça e outros pelo corpo (Diário do Commercio, 12 de agosto de 1914).

A Companhia de Jundiahy, São Paulo, que iria fornecer o material para as instalações domiciliares argumentou que devido a elevação da taxa cambial, teria que aumentar o preço em 50%, quebrando o contrato firmado com o poder municipal. De acordo com o jornal, a prefeitura de Paranaguá não aceitaria esta exigência, mesmo porque a cerâmica nacional não deveria precisar de material estrangeiro (Diário do Commercio, 15 de agosto de 1914).

Outubro começou com os serviços de esgoto praticamente prontos e a rede seria terminada ainda naquele mês, assim como os poços de visita e tanques fluxíveis. Também estavam “adiantadas as obras do grande tanque na Costeira” que deveriam ficar prontas em novembro. A construção da usina elevatória, último serviço a fazer, só estava esperando a derrubada do velho pavilhão para peixe no mercado velho, e as bombas encomendadas à casa J. Bygton & Cia chegariam ainda em outubro (Diário do Commercio, 01 de outubro de 1914). Na metade do mês foi realizado com sucesso o teste do poço de lavagem no cruzamento das ruas Conselheiro Barradas e Dr. Leocadio (Diário do Commercio, 14 de outubro de 1914). Com a rapidez das obras, a finalização dos serviços estava prevista para 15 de janeiro de 1915, podendo ser inaugurado em breve (Diário do Commercio, 20 de outubro de 1914). Em dezembro diversas casas da Zona Alta já possuíam ligação com a rede de esgotos e a previsão era que naquele mês todas

as casas desta zona também estariam conectadas (Diário do Commercio, 05 de dezembro de 1914).

Com o término das obras se aproximando, era necessário regulamentar os serviços e criar novas leis, assim:

O exmo. sr. dr. Prefeito Municipal [...] em virtude das muitas instalações [...] solicitou da Câmara [...] a adoção de uma lei que regulamente o serviço [...] do qual muito em breve a população desta cidade se utilizará (Diário do Commercio, 08 de dezembro de 1914)

A falta de tempo impossibilitou consultar os jornais de 1915 para saber como terminou o embate sobre o valor das taxas de água entre a prefeitura e a empresa distribuidora de água, assim, também não foi saber como ocorreu o andamento das obras de esgoto. Porém, sabe-se que a inauguração só aconteceu em 15 de novembro de 1915, um ano após a previsão inicial:

O sr. dr. Presidente do Estado sempre acompanhado pelo dr. Munhoz da Rocha e pelo distinto engenheiro que realizou aquelas obras, visitou todos os tanques e poços de verificação, seguindo-os os membros da sua comitiva, representantes da imprensa e grande massa popular [...] A impressão de todos os visitantes foi magnífica, pois se via que aquela cidade, já com uma lenda de insalubre e perigosa, entrava em uma nova fase asseguradora do seu progresso (A Republica, 17 de novembro de 1915)

Naquele mesmo dia, Caetano Munhoz da Rocha em grande festa no Theatro Variedades renunciou o cargo de prefeito, sendo muito elogiado por todos os presentes, principalmente por seu sucessor o coronel José Lobo (A Republica, 18 de novembro de 1915). Ele possuía planos maiores e sairia como primeiro vice-presidente do candidato Afonso Camargo (Correio da Manhã, 11 de agosto de 1915). Foi eleito e tomou posse no dia 25 de fevereiro de 1916 (Gazeta de Noticia, 26 de fevereiro de 1916).

Considerações finais

Este estudo procurou entender dentro de qual contexto formou-se o discurso sobre a necessidade da água potável e encanada em Paranaguá e como este ideal transformou-se em realidade no dia-a-dia da cidade. Para isso, primeiramente foi necessário conhecer a cidade antes deste tipo de distribuição domiciliar e a relação da população com o sistema

de fontes públicas e carroções pipas. Então, em um segundo momento, compreender a Paranaguá com sistema de distribuição de água potável em instalações residenciais. Feito isso, foi possível perceber as diferenças e similaridades entre os dois contextos.

O ideal do abastecimento público de água potável em Paranaguá nasceu dentro de um empreendimento maior de salubridade e higienização urbana. A cidade seguiu o modelo paranaense, que por sua vez era direcionado pelo nacional, principalmente pelo carioca. Devido as condições sociais e materiais de Paranaguá, este modelo precisou se adaptar ao contexto e foi um longo caminho até o ideal da água encanada se tornar realidade. A partir de 1895, o Estado tentou atrair investimento privado para a realização através de diferentes editais que foram se modificando para se tornarem mais interessantes economicamente.

A cidade entrou no século XX em decadência, ameaçada por um êxodo urbano em direção ao Porto Dom Pedro II, por causa da insalubridade local, principalmente da insalubridade do Itiberê, visto como um pântano pestilento. Os problemas a se resolverem eram muitos e na segunda década do século a cidade cresceu, tornando a questão da água encanada mais urgente do que antes e forçando uma postura firme por parte dos poderes municipais, principalmente da prefeitura. Mesmo assim, Paranaguá foi obrigada a ceder durante as negociações e depois do contrato fechado, a prefeitura teve que batalhar muito não apenas para ver os trabalhos iniciarem como também para serem terminados. No final das contas, os serviços de esgoto foram retirados do contrato original e o poder municipal arcou com a despesa e execução desta melhoria. A demora das obras da água foi tão grande que o projeto virou piada popular no carnaval de 1913.

Um grande chafariz foi encomendado para a inauguração do abastecimento de água, mas logo se tornou um incômodo por conta do mau uso. Comprado para manter na lembrança a grande realização, o monumento acabou caindo no esquecimento. Permaneceu no Campo Grande por décadas até ser transferido para o Rocio durante o loteamento da região. Em 1998 ele foi instalado na Praça 29 de Julho, no aniversário de 350 anos da cidade, como informa a placa de identificação aos pés do monumento. Nestes quase 100 anos, sua origem se perdeu e as informações oficiais sobre a peça eram desconhecidas. Durante esta pesquisa, evidenciou-se não apenas sua procedência, mas também a importância do chafariz

como monumento histórico-artístico. Atualmente, apesar de danificado e descuidado, ele está cadastrado como patrimônio na associação francesa que cataloga e salvaguarda este tipo de arte em ferro fundido pelo ocidente.

Após a instalação do sistema de água encanada, os problemas com a empresa contratante não terminaram e se tornaram processos judiciais, colocando prefeitura e população no mesmo lado. Porém, foi necessário regulamentar a nova prática e combater a permanência de hábitos considerados ultrapassados em uma sociedade com água encanada e em vias modernização e isto deixou os habitantes e o poder municipal em lados opostos. Por falta de tempo, não se consultou os jornais de 1915, assim, não se sabe os resultados tanto da regulamentação das tarifas da água, como do condicionamento que a prefeitura tentou submeter os habitantes para deixarem de lado hábitos antigos e indesejados.

Caetano Munhoz da Rocha não iniciou o ideal da água encanada, afinal, o primeiro edital foi publicado quando ele ainda possuía 16 anos. Mas, foi na sua gestão que o projeto se concretizou, assim ele acabou ficando com os créditos. Apesar da influência dele junto ao governo estadual, não é possível ignorar que por trás do prefeito havia uma câmara poderosa e sintonizada com a prefeitura, principalmente na segunda gestão, com o coronel José Lobo. Caetano se tornou cada vez mais importante na política estadual e renunciou o cargo municipal para se tornar primeiro vice-presidente do estado.

Segundo seus aliados, ele deixou uma Paranaguá renovada, totalmente transformada e dentro dos moldes da modernidade. Entretanto, modificar o meio físico não significa alterar os hábitos da população. Vimos isso na questão do comportamento da população, antes e depois da instalação do sistema de água encanada, quando costumes antigos permaneceram dentro do novo contexto. Paranaguá terminou 1915 com luz elétrica, água encanada, rede de esgoto, praças arborizadas, ruas e avenidas calçadas e até boulevards. Itens essenciais a uma cidade que almeja se tornar moderna, porém, de acordo com um jornal local do final daquele ano, os seus habitantes aparentemente ainda não haviam deixado a antiga cidade para trás:

Paranaguá dorme [...] Nem um ruído de gente, nem um só ruído humano! As ruas solitárias, vivem num silêncio profundo e sepulcral. Parece uma paisagem morta, um eterno inverno! A causa desse silêncio é o não seguirmos o que é chic, o que está na moda. Não nos habituamos ao modernismo. Nossa moda

é uma das mais antigas, das mais rústicas. As moças não sahem de casa senão para as missa dos domingos [...] As tardes, à hora crepuscular, se as [...] patricias fizessem *promenades* pelo Campo Grande, pelas praças floridas, pela rua 15, onde pudessem revelar sua graça sedutora [...] Paranaguá não seria um jardim solitário, certo as praças, as ruas e os boulevards; teriam outro encanto [...] o chiquismo, a elegancia, o modernismo (O Martelo, 12 de setembro de 1915)

Apesar de esclarecer várias questões, como o processo de concorrência, as transformações nos editais, as negociações entre poder público e privado, as relações de força entre a população, a prefeitura e a empresa fornecedora de água potável e encanada, o andamento das obras e o impacto na cidade, este estudo gerou perguntas que permanecem abertas, possibilitando a continuação da pesquisa. Mantendo o foco no sistema de relações de força em torno do saneamento público, pode-se tentar descobrir alguns pontos: Como se desenrolou e terminou o embate entre a prefeitura e a empresa a respeito do valor das taxas? Quais foram os resultados do condicionamento tentado pela prefeitura sobre os moradores? Por que a inauguração da rede de esgoto atrasou em um ano se estava tão adiantada? A salubridade do Itiberê melhorou após o início do funcionamento da rede de esgotos? Quanto tempo demorou para este serviço chegar até o Porto Dom Pedro II? Seria possível localizar a chegada do modernismo nas atitudes da população pelos olhos dos jornais? Até quando os artigos vão lamentar a insistência de uma Paranaguá atrasada?

Mesmo com tantas perguntas pendentes de respostas, este estudo contribui para mostrar um pouco do funcionamento do sistema de relações de forças sociais, econômicas e governamentais. Foi necessária muita negociação entre os poderes municipais e os setores privados para que os serviços saíssem do papel e fossem realizados. Depois, a prefeitura ainda precisou intervir em disputas entre população e empresa. Ora ela pendia para um lado, ora para o outro, pois, apesar de regulamentar, batendo de frente com velhos hábitos dos moradores, a prefeitura também enfrentou os abusos por parte da empresa, afinal, os políticos também eram consumidores e como tal, sofriam junto com a população. Independente de definir quem é vilão e quem é o mocinho nesta história, a análise da relação de forças entre as personagens permitiu acessar o dia-a-dia de uma cidade em transformação, de uma Paranaguá que sonhou por quase duas décadas com a água potável e que posteriormente foi obrigada a se adaptar à nova prática. Inde-

pendente do modelo seguido pelo poder público de Paranaguá em sua busca por uma salubridade maior, o processo de implantação dos projetos aconteceu dentro de um contexto repleto de particularidades, dentro da realidade parnanguara, muito diferente do contexto original. Este olhar mais de perto, permitiu enxergar a dinâmica e as contradições particulares daquele momento específico e observar o comportamento dos atores políticos e sociais em seu interior durante a implantação dos projetos higienistas, entre eles a água encanada.

Referências

Fontes

Jornais, Relatórios e Almanques:

Jornais, Relatórios e Almanques Disponíveis no Site da Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>:

- A Noticia, 08 de agosto de 1906.
- A Notícia, 27 de fevereiro de 1907.
- A Noticia, 20 de junho de 1908.
- A Noticia, 26 de novembro de 1908.
- A Republica, 26 de novembro de 1890.
- A Republica, 06 de abril de 1897.
- A Republica, 25 de setembro de 1900.
- A Republica, 23 de junho de 1904.
- A Republica, 11 de maio de 1905.
- A Republica, 11 de julho de 1905.
- A Republica, 04 de dezembro de 1905.
- A Republica, 19 de outubro de 1906.
- A Republica, 31 de janeiro de 1907.
- A Republica, 02 de maio de 1907.
- A Republica, 24 de outubro de 1908.
- A Republica, 26 de dezembro de 1908.
- A Republica, 08 de outubro de 1909.
- A Republica, 26 de março de 1910.
- A Republica, 15 de setembro de 1910.
- A Republica, 13 de janeiro de 1914.
- A Republica, 20 de janeiro de 1914.
- A Republica, 17 de novembro de 1915.
- A Republica, 18 de novembro de 1915.
- A Republica, 22 de setembro de 1916.
- Almanach do Paraná, de 1900.
- Almanach do Paraná, de 1902.
- Almanak do Governo do Estado do Paraná, de 1911.

Correio da Manhã, 11 de agosto de 1915.
Correio da Manhã, 11 de agosto de 1915.
Correio Paulistano, 23 de fevereiro de 1910.
Correio Paulistano, 02 de março de 1910.
Correio Paulistano, 09 de março de 1910.
Correio Paulistano, 18 de março de 1910.
Correio Paulistano, 23 de fevereiro de 1910.
Correio Paulistano, 02 de março de 1910.
Correio Paulistano, 09 de março de 1910.
Correio Paulistano, 18 de março de 1910.
Diario do Commercio, 25 de fevereiro de 1891.
Diario do Commercio, 28 de abril de 1891.
Diario do Commercio, 29 de abril de 1891.
Diario do Commercio, 30 de abril de 1891.
Gaseta de Noticia, 03 de dezembro de 1911.
Gaseta de Noticia, 26 de fevereiro de 1916.
O Commercio, 11 de agosto de 1895.
O Commercio, 28 de novembro de 1908.
O Commercio, 04 de janeiro de 1909.
O Paiz, 29 de maio de 1895.
O Paiz, 24 de março de 1897.
Relatório do Presidente do Estado, de 1912.
Tribuna, 11 de novembro de 1900.

Jornais Digitalizados em CD-ROM Fornecido pelo Instituto Histórico e Geográfico de Paranaguá:

A Epocha, 05 de junho de 1909.
A Luta, 03 de julho de 1904.
Correio da Marinha, 23 de outubro de 1911.
O Espião, 03 de março de 1907.
O Janota, 10 de maio de 1908.
O Martelo, 12 de setembro de 1915.
O Mez, 15 de maio de 1917.
O Mez, julho de 1917.
O Municipio, 12 de março de 1898.
O Paranaguá, 19 de fevereiro de 1899.
O Sapo, 30 de setembro de 1900.
Quilote, agosto de 1889.

Jornais Disponibilizados pelo IHGP e Fotografados pelo Pesquisador:

Diario do Commercio, 25 de janeiro de 1912.
Diario do Commercio, 01 de fevereiro de 1912.
Diario do Commercio, 11 de fevereiro de 1912.
Diario do Commercio, 29 de fevereiro de 1912.
Diario do Commercio, 02 de março de 1912.

Diario do Commercio, 10 de março de 1912.
Diario do Commercio, 16 de março de 1912.
Diario do Commercio, 21 de março de 1912.
Diario do Commercio, 23 de março de 1912.
Diario do Commercio, 24 de março de 1912.
Diario do Commercio, 03 de abril de 1912.
Diario do Commercio, 05 de abril de 1912.
Diario do Commercio, 12 de abril de 1912.
Diario do Commercio, 24 de abril de 1912.
Diario do Commercio, 02 de maio de 1912.
Diario do Commercio, 04 de maio de 1912.
Diario do Commercio, 16 de maio de 1912.
Diario do Commercio, 06 de junho de 1912.
Diario do Commercio, 14 de junho de 1912.
Diario do Commercio, 15 de junho de 1912.
Diario do Commercio, 30 de junho de 1912.
Diario do Commercio, 02 de julho de 1912.
Diario do Commercio, 10 de julho de 1912.
Diario do Commercio, 18 de julho de 1912.
Diario do Commercio, 25 de julho de 1912.
Diario do Commercio, 18 de agosto de 1912.
Diario do Commercio, 30 de agosto de 1912.
Diario do Commercio, 08 de setembro de 1912.
Diario do Commercio, 13 de setembro de 1912.
Diario do Commercio, 02 de outubro de 1912.
Diario do Commercio, 13 de outubro de 1912.
Diario do Commercio, 19 de outubro de 1912.
Diario do Commercio, 29 de outubro de 1912.
Diario do Commercio, 31 de outubro de 1912.
Diario do Commercio, 09 de novembro de 1912.
Diario do Commercio, 13 de novembro de 1912.
Diario do Commercio, 18 de novembro de 1912.
Diario do Commercio, 20 de novembro de 1912.
Diario do Commercio, 21 de novembro de 1912.
Diario do Commercio, 25 de novembro de 1912.
Diario do Commercio, 26 de novembro de 1912.
Diario do Commercio, 27 de novembro de 1912.
Diario do Commercio, 29 de novembro de 1912.
Diario do Commercio, 12 de dezembro de 1912.
Diario do Commercio, 10 de janeiro de 1913.
Diario do Commercio, 13 de janeiro de 1913.
Diario do Commercio, 18 de janeiro de 1913.
Diario do Commercio, 29 de janeiro de 1913.
Diario do Commercio, 30 de janeiro de 1913.
Diario do Commercio, 06 de fevereiro de 1913.
Diario do Commercio, 10 de fevereiro de 1913.
Diario do Commercio, 11 de fevereiro de 1913.
Diario do Commercio, 25 de fevereiro de 1913.
Diario do Commercio, 07 de março de 1913.
Diario do Commercio, 08 de março de 1913.
Diario do Commercio, 10 de março de 1913.

Diario do Commercio, 12 de março de 1913.
Diario do Commercio, 19 de março de 1913.
Diario do Commercio, 27 de março de 1913.
Diario do Commercio, 22 de maio de 1913.
Diario do Commercio, 23 de maio de 1913.
Diario do Commercio, 03 de abril de 1913.
Diario do Commercio, 14 de abril de 1913.
Diario do Commercio, 20 de abril de 1913.
Diario do Commercio, 09 de maio de 1913.
Diario do Commercio, 07 de junho de 1913.
Diario do Commercio, 27 de junho de 1913.
Diario do Commercio, 30 de junho de 1913.
Diario do Commercio, 01 de julho de 1913.
Diario do Commercio, 05 de julho de 1913.
Diario do Commercio, 07 de julho de 1913.
Diario do Commercio, 11 de julho de 1913.
Diario do Commercio, 16 de julho de 1913.
Diario do Commercio, 17 de julho de 1913.
Diario do Commercio, 30 de julho de 1913.
Diario do Commercio, 05 de agosto de 1913.
Diario do Commercio, 06 de agosto de 1913.
Diario do Commercio, 09 de agosto de 1913.
Diario do Commercio, 11 de agosto de 1913.
Diario do Commercio, 18 de agosto de 1913.
Diario do Commercio, 22 de agosto de 1913.
Diario do Commercio, 23 de agosto de 1913.
Diario do Commercio, 25 de agosto de 1913.
Diario do Commercio, 26 de agosto de 1913.
Diario do Commercio, 01 de setembro de 1913.
Diario do Commercio, 02 de setembro de 1913.
Diario do Commercio, 03 de setembro de 1913.
Diario do Commercio, 11 de setembro de 1913.
Diario do Commercio, 17 de setembro de 1913.
Diario do Commercio, 20 de setembro de 1913.
Diario do Commercio, 22 de setembro de 1913.
Diario do Commercio, 27 de setembro de 1913.
Diario do Commercio, 04 de outubro de 1913.
Diario do Commercio, 07 de outubro de 1913.
Diario do Commercio, 10 de outubro de 1913.
Diario do Commercio, 12 de novembro de 1913.
Diario do Commercio, 29 de novembro de 1913.
Diario do Commercio, 01 de dezembro de 1913.
Diario do Commercio, 02 de dezembro de 1913.
Diario do Commercio, 03 de dezembro de 1913.
Diario do Commercio, 04 de dezembro de 1913.
Diario do Commercio, 09 de dezembro de 1913.
Diario do Commercio, 13 de dezembro de 1913.
Diario do Commercio, 18 de dezembro de 1913.
Diario do Commercio, 24 de dezembro de 1913.
Diario do Commercio, 27 de dezembro de 1913.
Diario do Commercio, 31 de dezembro de 1913.

Diario do Commercio, 06 de janeiro de 1914.
Diario do Commercio, 08 de janeiro de 1914.
Diario do Commercio, 09 de janeiro de 1914.
Diario do Commercio, 18 de janeiro de 1914.
Diario do Commercio, 19 de janeiro de 1914.
Diario do Commercio, 22 de janeiro de 1914.
Diario do Commercio, 28 de janeiro de 1914.
Diario do Commercio, 04 de fevereiro de 1914.
Diario do Commercio, 20 de fevereiro de 1914.
Diario do Commercio, 01 de abril de 1914.
Diario do Commercio, 04 de abril de 1914.
Diario do Commercio, 13 de abril de 1914.
Diario do Commercio, 18 de abril de 1914.
Diario do Commercio, 20 de abril de 1914.
Diario do Commercio, 22 de abril de 1914.
Diario do Commercio, 25 de abril de 1914.
Diario do Commercio, 29 de abril de 1914.
Diario do Commercio, 30 de abril de 1914.
Diario do Commercio, 05 de março de 1914.
Diario do Commercio, 06 de março de 1914.
Diario do Commercio, 09 de março de 1914.
Diario do Commercio, 12 de março de 1914.
Diario do Commercio, 14 de março de 1914.
Diario do Commercio, 17 de março de 1914.
Diario do Commercio, 20 de março de 1914.
Diario do Commercio, 23 de março de 1914.
Diario do Commercio, 25 de março de 1914.
Diario do Commercio, 08 de maio de 1914.
Diario do Commercio, 09 de maio de 1914.
Diario do Commercio, 25 de maio de 1914.
Diario do Commercio, 27 de maio de 1914.
Diario do Commercio, 28 de maio de 1914.
Diario do Commercio, 01 de junho de 1914.
Diario do Commercio, 03 de junho de 1914.
Diario do Commercio, 10 de junho de 1914.
Diario do Commercio, 12 de junho de 1914.
Diario do Commercio, 19 de junho de 1914.
Diario do Commercio, 01 de julho de 1914.
Diario do Commercio, 10 de julho de 1914.
Diario do Commercio, 11 de julho de 1914.
Diario do Commercio, 30 julho de 1914.
Diario do Commercio, 01 de agosto de 1914.
Diario do Commercio, 12 de agosto de 1914.
Diario do Commercio, 15 de agosto de 1914.
Diario do Commercio, 03 de setembro de 1914.
Diario do Commercio, 08 de setembro de 1914.
Diario do Commercio, 01 de outubro de 1914.
Diario do Commercio, 05 de outubro de 1914.
Diario do Commercio, 08 de outubro de 1914.
Diario do Commercio, 13 de outubro de 1914.
Diario do Commercio, 14 de outubro de 1914.

Diário do Commercio, 16 de outubro de 1914.
Diário do Commercio, 20 de outubro de 1914.
Diário do Commercio, 21 de outubro de 1914.
Diário do Commercio, 28 de novembro de 1914.
Diário do Commercio, 05 de dezembro de 1914.
Diário do Commercio, 08 de dezembro de 1914.
Diário do Commercio, 21 de dezembro de 1914.

Referências

BELLINGIERI, Julio Cesar; **Água de Beber: a Filtração Doméstica e a Difusão do Filtro de Água em São Paulo**; Anais do Museu Paulista; São Paulo – 2004

CARVALHO, Eliane Vianey; JUNIOR, Laerthe de Moraes Abreu; **O Discurso Médico-Higienista no Brasil do Início do Século XX**; Trab. educ. saúde, vol.10, n.3; Rio de Janeiro – 2012

FAUSTO, Boris; História do Brasil; 10ª edição; São Paulo, Ed. Da Universidade de São Paulo – 2002

GALVÃO, Márcio Antônio Moreira; **Origem das Políticas de Saúde Pública no Brasil: do Brasil-Colônia a 1930**; Departamento de Ciências Médicas – Escola de Farmácia da Universidade Federal de Ouro Preto

HELLER, Léo; QUEIROZ, Ana Carolina Lanza; REZENDE, Sonaly; **Água, Saneamiento y Salud em Brasil: Intersecciones y desacuerdos**; Universidade Federal de Minas Gerais; Anuario de Estudios Americanos – 2009

JORGE, Karina Camarheiro; **Urbanismo no Brasil Império: A Saúde Pública na Cidade de São Paulo no Século XIX (Hospitais, Lazaretos e Cemitérios)**; Pontifícia Universidade Católica de Campinas – 2006

LARocca, Liliana Müller; MARQUES, Vera Regina Beltrão; **A Construção do Novo Paraná: Uma Análise dos Discursos Higienistas**; Universidade Federal do Paraná – 2010

LEANDRO, Jose Augusto; **Gentes do Grande Mar Redondo: Riqueza e Pobreza na Comarca de Paranaguá – 1850-1888**; Tese de Doutorado da

Universidade Federal de Santa Catarina - 2003

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello; **Semeando Iras Rumo ao Progresso: (Ordenamento Jurídico e Econômico da Sociedade Paranaense, 1829-1889)**; Curitiba, Ed. Da UFPR – 1996

RIoux, Jean- Pierre; **A Revolução Industrial**; tradução Antonio Pinto Ribeiro; Lisboa, Ed. Dom Quixote – 1973

SCHEIFER, Bruna; **Paranaguá, Cidade Portuária: Entre a Cidade “Sonhada e a Cidade Real”**; Universidade Estadual do Oeste do Paraná – 2008

SCHWARCZ, Lilia Moritz; **O Espetáculo das Raças – Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil – 1870 – 1930**; 1ª impressão; São Paulo, Ed. Companhia das Letras – 1993

SCLIAR, Moacyr; **O Rio de Janeiro em Pé de Guerra**; Revista História Viva, ano1, num11; São Paulo, Ed. Duetto – 2004

XAVIER, Janaina Silva; **Saneamento de Pelotas (1871-1915): O Patrimônio sob o Signo da Modernidade e Progresso**; Universidade Federal de Pelotas – 2010

Sites:

Un nouveau Mathurin Moreau Val d’Osne au Brésil – Disponível em: <http://www.fontesdart.org/blog/1292-un-nouveau-mathurin-moreau-val-dosne-au-bresil.html>; acessado em 01 de setembro de 2013.

Lei Complementar nº 145, de 17 de outubro de 2012 – Disponível em: <https://www.leismunicipais.com.br/a/pr/p/paranagua/lei-complementar/2012/14/145/lei-complementar-n-145-2012-dispoe-sobre-a-criacao-da-agencia-reguladora-municipal-de-saneamento-basico-de-paranagua-a-resp-entidade-municipal-de-implementacao-da-politica-nacional-de-saneamento-basico-e-da-outras-providencias-2012-10-17.html>, acessado em 10 de setembro de 2013.

Prefeitura Envia à Câmara Proposta do Plano Municipal de Saneamento – Disponível em: <http://>

www.paranagua.pr.gov.br/noticias/noticia4180.html, acessado em 10 de setembro de 2013.

Quem Somos. Disponível em: <http://www.cabaguasdeparanagua.com.br/site/quemsomos>, acessado em 10 de setembro de 2013.

CAB Águas de Paranaguá Investe R\$ 140 Milhões em Sistema de Esgotos – Disponível em: <http://www.cabaguasdeparanagua.com.br/site/noticia/3/11/cab-guas-de-paranagu-investe-r-140-milhes-em-sistemas-de-esgoto.html>, acessado em: 10 de setembro de 2013.

Cinco Vereadores Investigarão CAB Águas de Paranaguá – Disponível em: <http://www.blogdaluciane.com.br/tag/cei-da-cab-aguas-de-paranagua/>, acessado em 10 de setembro de 2013.

Descalabro: CAB/Águas de Paranaguá cobra R\$10 mil de Água e Esgoto de Idosa – Disponível em: <http://www.adalbertoaraujo.com.br/?m=201310>, acessado em 10 de setembro de 2013.